RELATÓRIO DE GESTÃO

www.cm-vnpaiva.pt

2017



Praça D. Afonso Henriques 1
3650-207 Vila Nova de Paiva
Telef.232609900 Fax 232609909

Indice

Introdução 5
1.1 – Equilíbrio orçamental 6
1.1.1 – Regra do equilíbrio orçamental 6
1.1.2 – Verificação do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental 6
1.2 – Endividamento municipal 8
1.2.1 – Limite da dívida total 8
1.2.2 – Entidades relevantes para a determinação do limite da dívida total 9
1.2.3 – Apuramento do limite da dívida total 10
1.2.4 – Mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal 10
1.2.5 – Apuramento da dívida total 11
1.2.6 – Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) 13
1.2.7 – Empréstimos de curto prazo 13
2 – Grandes Opções do Plano 14
2.1 – Resumo da Execução Anual das Grandes Opções do Plano (Actividades mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos) 15
2.2 – Evolução da Execução do Plano Plurianual de Investimentos 17
2.3 – Funções Sociais 20
2.4 - Atribuição de alvarás de construção e outros no âmbito das obras particulares 32
2.5 - Transferências de Capital e Correntes 33
2.6 - Empreitadas e Fornecimentos 34
2.7 - Evolução das Transferências do Orçamento do Estado para o Município de Vila Nova de Paiva 35
3 – Análise da Situação Financeira 37
3.1 – Análise Gráfica das Receitas Correntes 37
3.2 – Análise Gráfica das Despesas de Capital 42
3.3 - Análise Gráfica das Despesas Correntes: 44
3.4 - Análise Gráfica das Despesas de Capital: 47
4 - Análise da evolução da Despesa de Capital Realizadas v/s Receita Capital Realizadas, em relação ao ano 2016 52
4.1 - Análise da evolução das Despesas Correntes Realizadas e das Receitas Correntes Cobradas, em relação ao ano 2017: 52
4.2 – Análise dos desvios entre as Receitas e as Despesas Previstas e as Realizadas 56
5 – Despesas com Pessoal 58
6 - Evolução do Investimento Total nos últimos 8 anos 61
6.1 – Endividamento – Outras Dívidas a Terceiros (C/ Operações de Tesouraria) 62
7 – Indicadores de Gestão Orçamental 71
7.1 – Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas 71
7.2 – Estrutura da Receita 75
7.3 - Estrutura da Despesa 78

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

No cumprimento do disposto na alínea j), do n.º 1, do art.º 35.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.os 46-C/2013, de 1 de novembro, e 50-A/2013, de 11 de novembro, e alterada pelas Leis n.os 25/2015, de 30 de março, 69/2015, de 16 de julho, 7-A/2016, de 30 de março, e 42/2016, de 28 de dezembro, tenho a honra de apresentar à aprovação da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2017, constituídos por:

- Relatório de Gestão
- Demonstração de resultados
- Mapas de execução orçamental
- Anexos às demonstrações financeiras

para que, em conformidade com a alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º do mesmo RJAL, possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva nos termos da alínea l), do n.º 2, do art.º 25.º ainda do mesmo RJAL.

No exercício de 2017 o resultado líquido positivo cifrou-se no valor de € 1.250.030,57 (um milhão, duzentos e cinquenta mil e trinta euros e cinquenta e sete cêntimos), pelo que, nos termos do ponto 2.7.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, se propõe que seja levado à conta 59 – Resultados Transitados, sendo constituído o reforço anual da conta 571 – "Reservas legais" no valor de € 62.501,53 (sessenta e dois mil, quinhentos e um euros e cinquenta e três cêntimos), correspondente a 5% do referido resultado líquido do exercício, não havendo necessidade de reforço do património visto o valor contabilístico da conta 5.1 – "Património" ser já superior a vinte por cento do ativo líquido.

Paços do Município e Gabinete da Presidência, aos 11 de abril de 2018

O Presidente da Câmara

(Dr. José Morgado Ribeiro)

APROVAÇÕES	
CÂMARA MUNICIPAL	ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Reunião de 20 / 04 / 2018	Sessão de 30 / 04 / 2018

7.4 - Relação dos Fundos Municipais Correntes com as principais componentes da Despesa Corrente 82
7.5 - Relação das receitas cobradas localmente com as principais componentes da despesa corrente 83
7.6 - Grau de financiamento do investimento 84
7.7 - Grau de cobertura da despesa 86
7.8 - Outros Rácios 86
7.9 – Grau de cobertura do saldo final de gerência e peso do serviço total de dívida 88
8 - INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAL 88
8.1 – Rácios de Liquidez 89
8.2 – Rácios de Alavanca Financeira 90
8.3 – Rácios de Solvabilidade e Autonomia 92
8.4 – Rácios de Cobertura dos Custos Fixos 94
9.1 - Resultado da Gerência 95
9.2 - Resumo dos Fluxos de Caixa 97
9.3 - Proposta para a aplicação dos resultados líquidos 98

RELATÓRIO DE GESTÃO

Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º do RJAL, conjugado com o disposto no art.º 76.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro, e alterada pelas Leis n.^{os} 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, 132/2015, de 4 de setembro, 7-A/2016, de 30 de março, 42/2016, de 28 de dezembro, e 114/2017, de 29 de dezembro, e no n.º 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), elaboraram-se os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2017, e a seguir apresentados.

O Relatório de Gestão contempla os aspetos estabelecidos no ponto 13 das Considerações Técnicas do POCAL, nomeadamente a situação económica e financeira do Município relativa ao exercício.

Pretende-se que este Relatório constitua um complemento da informação disponibilizada nos documentos contabilísticos, por vezes demasiado sintética, de forma a dar à linguagem hermética dos números a roupagem necessária à sua plena compreensão.

Com este documento pretende-se ainda deixar o testemunho de um vasto conjunto de informação capaz de habilitar todos os autarcas do concelho, funcionários e demais colaboradores a interiorizarem a complexa realidade da atividade desenvolvida pelo Município no exercício.

De referir que foi publicado o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova em Anexo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e que revoga o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelos Decretos-Leis n.^{os} 315/2000, de 2 de dezembro, e 84-A/2002, de 5 de abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, à exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

O SNC-AP é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão, e é aplicável a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local, e integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, nos Anexos I, II e III ao Decreto-Lei n.º 192/2015.

Foi publicada a Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, que aprova as Notas de Enquadramento do Plano de Contas Multidimensional, e a Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto, que aprova o Regime Simplificado do SNC – AP, aplicável às entidades que, integrando o SNC-AP, cumpram os

requisitos para serem consideradas pequenas entidades ou microentidades.

O Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, que introduziu a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, passou a dispor que as entidades a quem se aplica o SNC-AP deveriam, durante o ano de 2017, assegurar as condições e tomar as decisões necessárias por forma a transitar para o SNC-AP a partir de 1 de janeiro de 2018.

Contudo por circular emitida pelo Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, de 28 de dezembro de 2017, a data de implementação do SNC-AP, para as entidades do subsetor da administração local, foi prorrogada para 1 de janeiro de 2019, pelo que em 2018 a prestação de contas das entidades do subsetor da administração local é efetuada em POCAL, sendo repristinados para o ano de 2018, pelo n.º 6 do art.º 103.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018 aprovada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, o n.º 1 do ponto 2.3, na parte referente à elaboração das Grandes Opções do Plano, e os n.^{os} 3 a 6 do ponto 2.3 e o ponto 8.3.2 do POCAL, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 14 de setembro, revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

1.1 – Equilíbrio orçamental

1.1.1 – Regra do equilíbrio orçamental

O n.º 2 do art.º 40.º do RFALEI estabelece como regra do equilíbrio orçamental que a receita corrente bruta cobrada deve cobrir, pelo menos, a despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, o que é o mesmo que dizer que num dado exercício se considera haver equilíbrio orçamental quando o **saldo corrente** (diferença entre a receita corrente bruta cobrada e a despesa corrente) cobrir, pelo menos, o valor das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos.

Estipula o n.º 3 do art.º 40.º do RFALEI, que o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações médias pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

1.1.2 – Verificação do cumprimento da regra do equilíbrio orçamental

Todos os empréstimos de médio e longo prazos existentes em 1 de janeiro de 2014, data de entrada em vigor do RFALEI, eram empréstimos cujo capital tinha sido integralmente utilizado ou parcialmente utilizado, neste caso com o respetivo prazo de utilização/período de carência já esgotado, pelo que, nestas condições, de acordo com o n.º 4 do art.º 40.º e art.º 83.º do RFALEI, para efeitos da determinação do saldo corrente consideram-se amortizações médias o montante

correspondente à divisão do capital em dívida em 1 de janeiro de 2014 pelo número de anos de vida útil remanescente dos contratos.

O valor assim apurado será utilizado em todos os anos de vida útil remanescente dos contratos para apurar o montante total da amortização média dos empréstimos a considerar para efeitos da regra de equilíbrio orçamental. As amortizações médias apuradas dos empréstimos de médio e longo prazos, inicialmente no valor de € 589.517,20 em 1 de janeiro de 2014 (cf. Relatório de Gestão de 2014), ascendem no exercício de 2017 a **€ 576.149,70** conforme Quadro I abaixo.

Nos exercícios de 2014 a 2017 não foram contraídos quaisquer empréstimos de médio e longo prazos.

Quadro I

Operação		Capital Utilizado	Data início	Data fim	Capital em dívida em 31.12.2017	Vida útil remanescente (em anos) Em 31.12 2017	Amortizações médias consideradas em 01.01.2017	OBS. (a)
CGD – PT 003508940000404509l		€ 788.100,68	27.01.2000	27.01.2020	€ 165.949,79	3	€ 65.750,70	
CGD – PT 003590150002185l091		€ 538.701,73	31.07.2001	30.08.2021	€ 146.935,70	4	€ 37.746,43	
CGD – PT 003590150003131809l		€ 625.309,00	13.08.2002	13.08.2022	€ 240.207,15	5	€ 48.255,36	X
CGD – PT 003590150003273909l		€ 394.625,62	20.11.2002	20.11.2022	€ 113.245,05	5	€ 22.649,01	X
CGD – PT 003590150003250009l		€ 345.225,67	29.11.2002	28.11.2022	€ 115.966,21	5	€ 22.764,21	X
CGD – PT 003590150003251909l		€ 219.290,66	29.11.2002	28.11.2022	€ 73.163,78	5	€ 14.397,17	X
CGD – PT 003590150003431709l		€ 557.820,23	12.12.2002	12.12.2022	€ 201.395,02	5	€ 39.735,21	X
CGD – PT 003590150003249709l		€ 535.600,00	30.12.2002	30.12.2022	€ 184.855,69	5	€ 33.357,41	X
CGD – PT 003590150003332909l		€ 82.258,33	20.01.2003	20.01.2023	€ 25.620,92	6	€ 4.425,43	X
CGD – PT 003590150003452909l		€ 161.464,65	20.02.2003	20.02.2023	€ 48.830,16	6	€ 8.434,30	X
CGD – PT 003590150003726909l		€ 364.024,00	16.07.2003	16.07.2018	€ 25.422,40	1	€ 59.191,49	
CGD – PT 003590150005136909l		€ 762.322,00	29.11.2006	28.11.2026	€ 413.976,78	9	€ 45.883,10	
CGD – PT 003590150005815109l		€ 439.460,00	17.12.2007	17.12.2019	€ 78.389,38	2	€ 38.875,48	
CGD – PT 003590150007544709l		€ 289.323,75	20.03.2012	20.12.2020	€ 99.196,74	3	€ 33.065,57	X
CGD – PT 003590150007545509l		€ 394.637,25	20.03.2012	20.12.2020	€ 135.304,20	3	€ 45.101,40	
CCAM de Vale do Dão e Alto Vouga – Emp. N.º 56049915738		€ 761.133,82	15.11.2010	15.11.2030	€ 397.612,81	13	€ 33.007,87	
					€ 200.000,00	13	€ 11.764,71	X
PAEL Prog. II	Emp.0289E118132012.01	€ 410.291,32	15.11.2013	15.05.2027	€ 278.411,98	10	€ 28.259,86	
	Emp.0289E118132012.02	€ 158.598,90	15.11.2013	15.05.2027	€ 107.620,44	10	€ 10.923,90	
	TOTAL	€ 7.828.187,61			€ 3.052.104,20		**€ 576.149,70**	

(a) Os empréstimos assinalados com "X" são empréstimos excecionados dos limites de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2017 o capital em dívida à Caixa Geral de Depósitos ascendia a € 2.068.458,97, que corresponde a cerca de 68% do capital em dívida por empréstimos de médio e longo prazos, enquanto à CCAM de Vale do Dão e Alto Vouga totalizava € 597.612,81 (19,60% do capital em dívida) e à DGTT – Direção-Geral do Tesouro e Finanças, referente ao Programa II do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, o total de € 386.032,42 (12,40% do capital em dívida).

O limite da despesa corrente do Município de Vila Nova de Paiva no exercício de 2016, face aos elementos contabilísticos constantes do Mapa de Fluxos de Caixa e o total das amortizações

médias indicado no Quadro I que antecede, é o constante no Quadro II seguinte:

Quadro II

• (1) Receita Corrente Bruta Cobrada em 2017	€ 5.627.960,47
• (2) Despesa corrente em 2017	€ 4.418.931,59
• (3) **Saldo corrente** [= (1) – (2)]	+ € 1.209.028,88
• (4) Amortizações médias atualizadas dos empréstimos de médio e longo prazos existentes em 01.01. 2014 (art.º 83.º do RFALEI)	€ 576.149,70
• (5) Amortizações médias de empréstimos de médio longo prazos contratados a partir de 01.01.2014 até 31.12.2017 (*não houve*)	€ 0,00
• (6) Total das **amortizações médias** [= (4) + (5)]	€ 576.149,70
➔ (7) Saldo corrente – Amortizações médias [= (3) – (6)]	+ € 632.879,18

Constata-se que no exercício de 2017 o Município cumpriu com a regra do equilíbrio orçamental definida no n.º 2 do art.º 40.º do RFALEI, visto o saldo corrente cobrir, pelo menos, as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos.

1.2 – Endividamento municipal

1.2.1 – Limite da dívida total

Com a entrada em vigor do RFALEI e revogação da anterior Lei das Finanças Locais, os limites impostos ao endividamento de médio e longo prazo e ao endividamento líquido, foram substituídos por um novo limite ao endividamento municipal: o limite da dívida total.

O limite da dívida total é definido no n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI: "*a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*"

A dívida total de operações orçamentais dos municípios, incluindo a das entidades relevantes para efeitos do limite da dívida total previstas no art.º 54.º do RFALEI, engloba assim (art.º 52.º, n.º 2):

i) Os empréstimos (como tal definidos no n.º 1 do art.º 49.º);

ii) Os contratos de locação financeira;

iii) Quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras;

iv) Todos os débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Estabelece o n.º 3 do art.º 52.º, sempre que um município:

a) Não cumpra o limite da dívida total, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto nos artigos

56.º e seguintes, acerca dos mecanismos de alerta precoce e dos mecanismos de recuperação financeira municipal;

b) Cumpra o limite da dívida total, **só pode aumentar**, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

De referir, de acordo com o n.º 4 do art.º 52.º do RFALEI, que o incumprimento destas obrigações é equiparado, para efeitos de responsabilidade financeira, à ultrapassagem do limite da dívida total nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, nomeadamente do seu artigo 65.º (responsabilidades financeiras sancionatórias).

1.2.2 – Entidades relevantes para a determinação do limite da dívida total

São entidades relevantes para efeitos do apuramento do montante da dívida total de cada município, as seguintes (art.º 54.º, n.º 1, do RFALEI):

• Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso de acordo com o critério previsto no n.º 4 do art.º 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

• As entidades intermunicipais (comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas) e as entidades associativas municipais, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento, na ausência de critério estabelecido pelos seus órgãos deliberativos;

• As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e nas demais situações previstas na alínea c) do n.º 1 do art.º 54.º do RFALEI;

• As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta e indireta, do município;

• As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do art.º 75.º do RFALEI, o controlo ou presunção do controlo por parte do município, pelo montante total.

Como o Município de Vila Nova de Paiva não dispõe de serviços municipalizados ou intermunicipalizados, não detém ou participa em empresas locais, por inexistentes, nem participa em quaisquer outras sociedades, nem em cooperativas ou fundações, nem controla quaisquer outras entidades, as entidades relevantes para o apuramento da dívida total são as seguintes:

Entidades Intermunicipais

- CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, de Tondela.

Entidades associativas municipais

- AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, de Tondela.
- ADDLAP – Associação de Desenvolvimento do Dão Lafões e Alto Paiva, de Viseu;
- AIRC – Associação de Informática da Região Centro, de Coimbra;

- ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses, de Coimbra;
- Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad, de Belmonte.

1.2.3 – Apuramento do limite da dívida total

Com base nos elementos contabilísticos extraídos dos Mapas do Controlo Orçamental da Receita das Prestações de Contas dos Exercícios de 2014, 2015 e 2016, o limite da dívida total do Município de Vila Nova de Paiva, no exercício de 2017, é de **€ 8.739.917,94**, valor apurado nos termos definidos na parte final do n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI e que a seguir se apresenta:

Quadro III

Receita Corrente Líquida Cobrada (RCLC) nos anos de 2014, 2015 e 2016 (n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI)	Valor
• (1) RCLC no Exercício de 2014	€ 5.452.363,93
• (2) RCLC no Exercício de 2015	€ 5.469.221,60
• (3) RCLC no Exercício de 2016	€ 6.558.250,35
• (4) Total [= (1) + (2) + (3)]	€ 17.479.835,88
➔ (5) Média da RCLC cobrada nos três exercícios [= (4) : 3]	€ 5.826.611,96
➔ (6) 75% X Média da RCLC [= 0,75 X (5)]	€ 4.369.958,97
❖ (7) **Limite da Dívida Total em 2017** [= 1,50 X (5)]	**€ 8.739.917,94**

1.2.4 – Mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal

O RFALEI estabelece mecanismos de alerta precoce de desvios ao montante da dívida total relevante para o limite de cada município, bem como os mecanismos de recuperação financeira municipal (saneamento financeiro e recuperação financeira), face aos limites calculados no Quadro III que antecede. Assim:

E/D	Dívida Total (**DT**) face à Média da RCLC	Situação financeira	Mecanismo de recuperação financeira	Norma do RFALEI	Obs.
EQUILÍBRIO	DT > 75% x Média	Equilíbrio financeiro relativo	Saneamento financeiro Pode recorrer a financiamento para reprogramação de dívida e consolidação de passivos financeiros	Art.º 58.º, n.º 1, alínea b)	1)
	DT ≥ Média	Equilíbrio financeiro relativo	Saneamento financeiro Pode recorrer a financiamento para reprogramação de dívida e consolidação de passivos financeiros	Art.º 58.º, n.º 2	2)
	DT < Média	Equilíbrio financeiro absoluto	Não necessita de recorrer a mecanismos de recuperação financeira	*A contrario* do art.º 58.º, n.º 2	
DESEQUILÍBRIO	DT ≥ 1,5 x Média	Desequilíbrio financeiro (conjuntural)	Saneamento financeiro Deve recorrer a financiamento	Art.º 58.º, n.º 1, alínea a)	3)
	DT ≥ 2,25 x Média	Desequilíbrio financeiro (estrutural)	Saneamento financeiro Obrigatório recorrer a financiamento ou aderir ao procedimento de recuperação financeira do FAM	Art.º 58.º, n.º 3	4)

	DT > 3 x Média	Rutura financeira	Recuperação financeira Recurso obrigatório ao FAM	Art.º 61.º	5)

FAM – Fundo de Apoio Municipal

Observações:

1) Se a Dívida Total, nesta situação considerada com exclusão do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos, for superior a 75% da média da receita corrente líquida dos últimos três exercícios (calculada em (6) no Quadro III que antecede), o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros;

2) A Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) informa também do facto, nomeadamente, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais (art.º 56.º, n.º 1, do RFALEI);

3) A Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), para além das entidades referidas na observação 2., informa também da ocorrência o Banco de Portugal (art.º 56.º, n.º 2, do RFALEI). Sem prejuízo de dever contrair empréstimos para saneamento financeiro, deve o município reduzir, no exercício seguinte, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido (art.º 52.º, n.º 3, alínea a), do RFALEI);

4) Se a dívida total se situar entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o município é obrigado a contrair empréstimos para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira, por recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

5) Se a dívida total ultrapassar 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o município entra em rutura financeira, e é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira, mediante recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

1.2.5 – Apuramento da dívida total

Conforme Quadro I do n.º 1.1.2., o capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos ascende a € 3.052.104,20 em 31 de dezembro de 2017. Calcula-se nos Quadro IV e V seguintes a dívida total do Município nos termos do n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI por reporte a 31 de dezembro de 2017, mediante o apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município, com os contributos comunicados pelas entidades relevantes para a referida dívida total.

➢ **Do Município:**

Quadro IV

Apuramento da dívida total de operações orçamentais em 31.12.2017 (n.º 2 do art.º 52.º do RFALEI)	Valor
• (1) Capital em dívida de médio e longo prazos	€ 3.052.104,20
• (2) Contratos de locação financeira	€ 0,00
• (3) Outras formas de endividamento junto de instituições financeiras	€ 0,00
• (4) Débitos a terceiros de curto prazo decorrentes de operações orçamentais: ✓ Fornecedores c/c ..... € 133.876,21 ✓ Fornecedores – Faturas em receção e conferência .... € 68.498,18 ✓ Fornecedores de imobilizado c/c ..... € 191.747,71 ✓ Estado e outros entes públicos ..... € 24.073,62 ✓ Outros credores ..... € 112.989,60	€ 531.185,32
• **(5) Dívida total de operações orçamentais** [= (1) + (2) + (3) +(4)]	**€ 3.583.289,52**

➢ **Das entidades intermunicipais e entidades associativas municipais:**

Quadro V

Entidade	Percentagem de imputação	Dívida relevante
(1) CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	3,57%	€ 11.120,67
(2) ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses	0,283% da quota anual	€ 357,80
(3) ADDLAP – Associação de Desenvolvimento do Dão Lafões e Alto Paiva	(Quota anual)	€ 5.933,76
(4) AIRC – Associação de Informática da Região Centro	1,403%	€ 4.149,23
(5) AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	2,412%	€ 246.005,85
(6) Associação Rede de Judiarias de Portugal – Rotas Sefarad	(Quota anual)	€ 1.500,00
• **(7) Total da dívida relevante** [= (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6)]		**€ 269.067,31**

Assim, a dívida total do Município em 31 de dezembro de 2017 era a seguinte, como resulta do somatório dos totais dos Quadros IV e V:

Dívida Total = € 3.583.289,52 + € 269.067,31 = € 3.852.356,83

Assim, de acordo com as disposições do RFALEI, verifica-se no exercício de 2017 que:

a) A dívida total, com exclusão dos empréstimos, ascende a € 800.252,63 (= € 3.852.356,83 – € 3.052.104,20), que é muito inferior a 75% da média da receita corrente líquida dos últimos três exercícios (€ 4.369.958,97 conforme Quadro III), sendo assim respeitada a condicionante prevista no art.º 58.º, n.º 1, alínea b) do RFALEI;

b) A dívida total não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (que é de € 5.826.611,96 conforme Quadro III), pelo que é respeitada a condicionante do art.º 58.º, n.º 2, do RFALEI;

c) A dívida total é inferior ao limite da dívida definido no n.º 1 do art.º 52.º do RFALEI e calculado no Quadro III (€ 8.739.917,94), pelo que, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo 52.º, o Município só pode aumentar aquele limite em 2018 no valor correspondente a 20 % da margem bruta disponível no início do exercício, ou seja:

- Margem bruta = Limite da Dívida total – Dívida total (em 31.12.2017) =
  = € 8.739.917,94 – € 3.852.356,83 = € 4.887.561,11 ;
- Margem utilizável em 2018 = 20% x € 4.887.561,11 = € 977.512,22

1.2.6 – Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal (FAM)

O Fundo de Apoio Municipal (doravante FAM) instituído pelo n.º 1 do art.º 62.º do RFALEI, e regulamentado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios tendo em vista a sua recuperação financeira e prevenção de situações de rutura financeira, tendo o valor da contribuição do Município de Vila Nova de Paiva para o capital social do FAM sido fixado em € 329.934,65 (trezentos e vinte e nove mil, novecentos e trinta e quatro euros e sessenta e cinco cêntimos), calculado de acordo com a fórmula prevista no n.º 3 do art.º 17.º da Lei n.º 53/2014 e a realizar em sete anos em duas prestações anuais nos meses de junho e dezembro, no valor anual de € 47.134,00 nos anos de 2015 a 2020 e de € 47.130,65 no ano de 2021.

Até 31 de dezembro de 2017 foi já realizado capital no montante de € 141.402,00.

De referir que o art.º 303.º da Lei do Orçamento de Estado para 2018 aprovada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, alterou o art.º 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, passando a dispor que para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social os previstos nos n.^{os} 1 e 2 do artigo 17.º, ajustados em conformidade.

Por força desta redução das contribuições do FAM o montante total de capital a subscrever pelo Município foi reduzido de € 329.934,65 para € 212.103,00, sendo nos anos remanescentes de 2018 a 2021 realizado o capital de € 70.701,00 nos seguintes termos:

– Em 2018 – € 35.350,50

– Em 2019 – € 23.567,00

– Em 2020 – € 11.783,50

– Em 2021 – € 0,00

1.2.7 – Empréstimos de curto prazo

No ano de 2017 não foram contratados quaisquer empréstimos bancários de curto prazo.

2 – Grandes Opções do Plano

2.1 – Resumo da Execução Anual das Grandes Opções do Plano (Actividades mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos)

Rubricas	2012	% do Nível Execução Anual	2013	% do Nível Execução Anual	2014	% do Nível Execução Anual	2015	% do Nível Execução Anual	2016	% do Nível Execução Anual	2017	% do Nível Execução Anual
FUNÇÕES GERAIS												
Administração Geral	47.976,83 €	77,13%	24.516,25 €	22,32%	24.516,25 €	22,32%	61.330,57 €	45,34%	94.804,62 €	70,02%	246.253,88 €	86,64%
Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	129.875,61 €	33,80%	89.590,85 €	31,51%	89.590,85 €	31,51%	16.561,95 €	74,32%	134.667,36 €	98,27%	- €	0,00%
FUNÇÕES SOCIAIS												
Ensino Não Superior	22.972,75 €	45,11%	15.911,17 €	3,31%	15.911,17 €	3,31%	11.143,92 €	85,39%	36917,07 €	90%	49.181,00 €	87,60%
Serviços Auxiliares de Ensino	291.726,59 €	61,16%	224.860,33 €	44,61%	224.860,33 €	44,61%	324.859,47 €	79,43%	91.335,35 €	70%	92.954,95 €	43,80%
Segurança	319.508,09 €	98,52%	360.373,02 €	96,38%	360.373,02 €	96,38%	356.074,96 €	100%	357.720,39 €	100%	358.936,44 €	100,00%
Ação Social	8,00 €	0,44%	3,00 €	0,01%	3,00 €	0,01%	10,15 €	2,03%	5.213,00 €	100%	- €	0,00%
Habitação	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	-€	0%	- €	0,00%
Ordenamento do Território	8.998,94 €	24,68%	26.314,82 €	12,34%	26.314,82 €	12,34%	252.919,74 €	95,33%	104.124,86 €	98%	45.768,30 €	94,81%
Saneamento	- €	0,00%	11.083,44 €	47,56%	11.083,44 €	47,56%	36.777,00 €	96,65%	49.841,57 €	47%	236.529,74 €	72,06%
Abastecimento de Água	28.737,37 €	60,96%	5.098,92 €	13,12%	5.098,92 €	13,12%	50.556,32 €	95,99%	4.503,22 €	95%	1.252,55 €	10,45%
Resíduos Sólidos	276.096,97 €	72,82%	150.065,81 €	49,05%	150.065,81 €	49,05%	122.984,57 €	77,60%	162.226,27 €	83%	142.929,80 €	86,04%
Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza	72.442,01 €	100,00%	150.300,04 €	79,22%	150.300,04 €	79,22%	54.686,39 €	77,98%	39.441,80 €	100%	31.250,00 €	100,00%
Cultura	162.327,84 €	36,61%	148.081,04 €	20,26%	148.081,04 €	20,26%	224.019,87 €	98,76%	24.378,68 €	94%	28.762,85 €	71,44%

Desporto, Recreio e Lazer	58.477,79 €	86,48%	55.766,57 €	68,18%	55.766,57 €	68,18%	69.600,00 €	84,02%	64.750,00 €	99%	101.682,17 €	100,00%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	4.000,00 €	40,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	40.500,00 €	100%	9.350,00 €	100%	7.500,00 €	100,00%
FUNÇÕES ECONÓMICAS												
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Caça	152.601,12 €	47,48%	162.222,46 €	57,62%	162.222,46 €	57,62%	24.111,21 €	96,44%	25.908,17 €	98%	50.652,72 €	73,43
Indústria e Energia	6.171,43 €	14,99%	10.234,25 €	12,32%	10.234,25 €	12,32%	15000,00%	89,88%	- €	0%	20.432,71 €	94,06%
Transportes Rodoviários	573.047,09 €	53,40%	411.301,00 €	32,26%	411.301,00 €	32,26%	1.305.467,63 €	91,77%	348.304,66 €	73%	553.591,25 €	74,01%
Mercados e Feiras	- €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	- €	0%	- €	0,00%
Turismo	358.125,31 €	55,37%	231.024,66 €	54,20%	231.024,66 €	54,20%	43.349,06 €	75,20%	- €	0%	10.719,67 €	100,00%
OUTRAS FUNÇÕES												
Operações da Dívida Autárquica	587.057,16 €	86,26%	679.398,06 €	88,58%	679.398,06 €	88,58%	713.828,09 €	93,97%	676.082,14 €	88,52%	642.501,68 €	93,10%
Transferências entre Administrações	62.060,98 €	67,95%	25.866,96 €	45,82%	25.866,96 €	45,82%	12.552,04 €	76,11%	73.779,32 €	93,89%	98.803,06 €	84,36%
Diversas não Especificadas	19.926,28 €	0,00%	4.400,00 €	26,74%	4.400,00 €	26,74%	3.850,00 €	27,80%	761.526,54 €	87,38%	22.528,28 €	62,97%
Total	**3.212.138,16 €**	**59,86%**	**2.783.412,69 €**	**43,97%**	**2.783.412,69 €**	**43,97%**	**3.740.182,94 €**	**59,19%**	**2.315.013,56 €**	**84,76%**	**2.836.971,81 €**	**80,15%**

Em 2017 as Funções Ferais e as Funções Sociais representaram cerca de ½ do investimento total realizado, a que correspondem os montantes no valor de 246.235,88 € e 1.191.488,56 € respectivamente.

O grupo das Funções Gerais compreende as actividades de âmbito geral da administração da autarquia, designadamente os da área administrativa, financeira e património. Este grupo teve um peso de 8,68 % da Despesa Total.

O grupo das Funções Sociais, teve um peso de 42,00 % na totalidade da despesa. Das quais, as despesas em "Serviços Auxiliares de Ensino", "Segurança", "Resíduos Sólidos", e "Ordenamento do Território" foram as que mais contribuíram para a despesa deste grupo.

Relativamente ao grupo das Funções Económicas, teve um peso de 22,40 % na totalidade da despesa. As rubricas que mais contribuíram para esta despesa, foram os "Transportes Rodoviários", e "Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Caça."

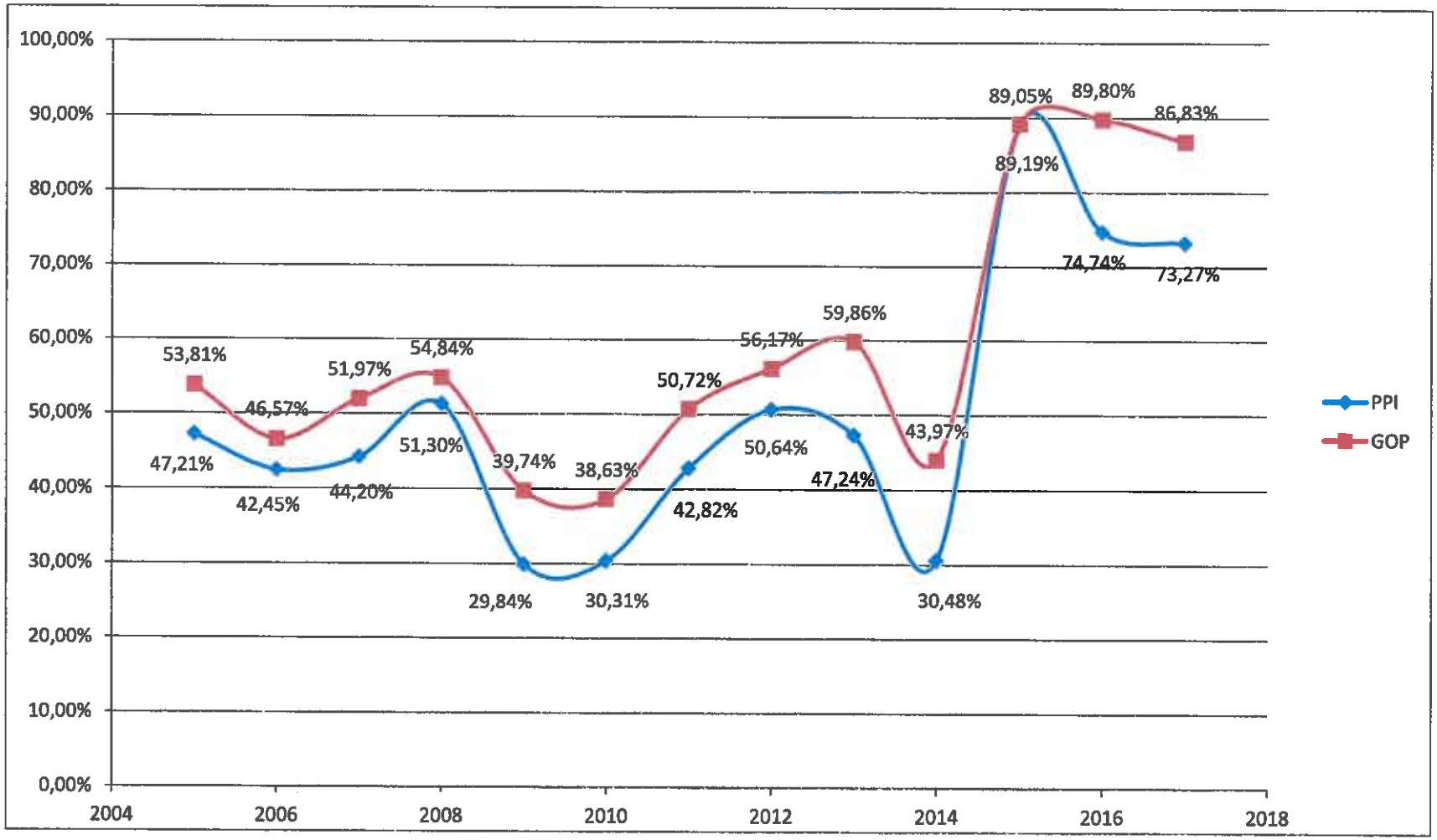
Quanto ao grupo de Outras Funções, tem um peso de 26,92 % no investimento total. Este grupo, respeita às relações da autarquia com outras entidades da administração, regional e autárquica, cujo montante global ascendeu a 763.833,02 € e diz respeito, a operações de dívida autárquica, às transferências correntes e de capital efectuadas para as Juntas de Freguesia, no âmbito da execução dos protocolos de delegação de competências e de outros investimentos realizados pelas mesmas, bem como para as Associações de Municípios e outras entidades de que o Município de Vila Nova de Paiva faz parte.

2.2 – Evolução da Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PPI	51,30%	29,84%	30,31%	42,82 %	50,64 %	47,24%	30,48 %	89,05 %	74,74 %	73,27 %
GOP (*)	54,84%	39,74%	38,63%	50,72 %	56,17 %	59,86%	43,97 %	89,19 %	84,76 %	86,83 %

(*) Engloba as Atividades Mais Relevantes e o Plano Plurianual Investimentos.

Evolução da Execução do PPI e das GOP´s



Em termos Globais e conforme consta no Mapa da Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos a execução do PPI foi de 73,27 %. Tendo-se verificado uma pequena descida marginal em relação à execução do ano anterior.

Convém referir, que a média da execução do Plano Plurianual de Investimentos dos últimos 13 anos, foi de 50,27 % e a média da execução das Grandes Opções Plano em igual período, foi de 58,62 %.

2.2.1 - Mapas Resumo da Execução das Grandes Opções do Plano por Classificação Funcional

2.2.1.1 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Gastos em Administração Geral em 2017 (em Valores):

Descrição	Ano 2017
Aquisição de Material e Equipamento Informático para os Serviços Municipais	9.783,64 €
Aquisição de Equipamento Básico	35.538,13 €
Aquisição de Equipamento Administrativo para os Serviços Municipais	243,31 €
Aquisição de Imóveis de Interesse Municipal	200.000,00 €
Aquisição de Software CYPE	688,80 €

2.2.1.2 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Segurança e Ordem Pública em 2017 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.2.1.3 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Proteção Civil e Luta Contra Incêndios em 2017 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3 – Funções Sociais

2.3.1 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Ensino Não Superior em 2017 (em Valores):

Descrição	Ano 2017
Concessão de apoio ao Agrupamento de Escolas de V.N. Paiva – Apoio para expediente, limpeza e material didáctico e outras	6.550,00 €
Concessão de apoio ao Agrupamento de Escolas de V.N. Paiva – Aaquisição e distribuição de livros escolares a alunos do 1º CEB	6.133,82 €
Requalificação da Escola EB1 e da Educação Pré-Escolar de VN Paiva – Elaboração do Projecto	23.497,18 €

2.3.2 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito dos Serviços Auxiliares de Ensino em 2017 (em Valores):

Descrição	Ano 2017
Refeições Escolares	83.489.33 €
Transportes Escolares em Carreiras Públicas	416.38 €
Compensação Financeira do Transporte em Períodos Não Lectivos	9.049,24 €

2.3.3 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Saúde em 2017 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3.4 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Segurança e Acção Social em 2017 (em Valores):

Descrição	Ano 2017
Transferências da CM para Regimes de Segurança Social - Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	219.528,45 €
Transferências da CM para Regimes de Segurança Social – Contribuições para a Segurança Social	139.407,99 €

2.3.5 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Habitação em 2017 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3.6 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Ordenamento do Território em 2017 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
VCC	Centro Interpretativo Judaico	Aquisição de conteúdos Temáticos para o acervo do centro	45.768,30 €	---

2.3.7 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Saneamento em 2017 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
VN Paiva	Remodelação da ETAR de VNP	Elaboração do Projeto	---	38.745,00 €
		Execução da Obra	140.485,09 €	---
Touro	Construção da ETAR da Cerdeira-Touro	Elaboração do Projeto	35.903,13 €	---
VC Coelheira	Construção da ETAR de Vila Cova Coelheira	Elaboração do Projeto	17.243,28 €	20.541,00 €
Pendilhe	Construção da ETAR da Cerde	Elaboração do Projeto	42.898,24 €	---

2.3.8 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Abastecimento de Água em 2017 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
Município	Aquisição de Contadores	Aquisição de Contadores	---	18.073,61 €
	Aquisição e Grandes Reparações em Electrobombas	Aquisição e Grandes Reparações em Electrobombas	69.180,07 €	1.252,55 €

2.3.9 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito dos Resíduos Sólidos em 2017 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
Município	Transferências para a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	Transferências pela Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)	67.338,08 €	812.172,57 €
		Transferências pelo Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Exploração do Sistema	75.591,72 €	691.506,67 €

2.3.10 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Protecção e Conservação do Meio Ambiente em 2017 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
Município	Aquisição dos Viveiros da Queiriga e Casa dos Cantoneiros	Aquisição dos Viveiros da Queiriga e Casa dos Cantoneiros	31.250,00 €	93.75 €0,00
	Aquisição de uma máquina industrial automotriz 100% eléctrica.	Aquisição de uma máquina industrial automotriz 100% eléctrica.	70.352,25 €	---
VN Paiva	Regeneração Urbana da Envolvente ao Largo do Ramalhal	Elaboração do Projecto	13.653,00 €	8.191,80 €
		Elaboração do Projecto da Acção VNP 01 A da ARU – 1ª Fase	10.762,51 €	---

2.3.11 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito da Cultura em 2017 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
Município	Apoio a Associações Desportivas, Culturais e Recreativas	Apoio a Associações Desportivas, Culturais e Recreativas	13.992,90 €	154.466,43 €
	Costrução da Biblioteca Municipal	Aquisição de Fundos Documentais	669,95 €	4.588,25 €
	Apoio à Escola de Musica de V.C. Coelheira	Apoio à Escola de Musica de V.C. Coelheira	6.000,00 €	3.500,00 €

	Apoio à construção do Centro Cultural de VCC	Apoio à construção do Centro Cultural de VCC	6.600,00 €	4.400,00 €
	Pagamento de Quota na Associação Rede de Judiarias de Portugal	Pagamento de Quota na Associação Rede de Judiarias de Portugal	1.500,00 €	---

2.3.12 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Desporto, Recreio e Lazer em 2017 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
Pendilhe	Construção do Polidesportivo de Pendilhe	Execução da Obra	440514,67 €	---

2.3.13 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito de Outras Actividades Cívicas e Religiosas em 2016 (em Valores):

Freguesias	Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
Município	Apoio às Comissões Fabriqueiras das Paróquias e outras organizações s/ fins lucrativas e IPSS para despesas de financiamento de obras e equipamentos, a atribuir por deliberação camarária.	7.500,00 €	53.850,00 €

2.3.14 - Mapa Resumo e trabalhos realizados no âmbito da Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Caça em 2016 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
Município	Grupo de Intervenção Permanente (GIP) da Associação Humanitária de VNP	Grupo de Intervenção Permanente (GIP) da Associação Humanitária de VNP	28.187,8 €	225.582,96 €
	Apoio AHBV de V.N. Paiva para despesas de funcionamento no âmbito da prevenção e das comunicações	Apoio AHBV de V.N. Paiva para despesas de funcionamento no âmbito da prevenção e das comunicações	8.000,00 €	---
Alhais	Beneficiação e Pavimentação do Caminho Agrícola da Rua do Caminho Gordo/Pregaria	Execução da Obra	14.473,92 €	---

2.3.15 - Mapa Resumo e trabalhos realizados no âmbito da Indústria e Energia em 2017 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
Município	Fundo de Eficiência Energética	Fundo de Eficiência Energética	20.432,71 €	---

2.3.16 - Mapa Resumo e trabalhos realizados em Transportes Rodoviários em 2017 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
V. N. Paiva	Construção da Circular Urbana Nascente em VN Paiva – 1ª Fase	Aquisição de Terrenos	2.000,00 €	41.346,71 €
Alhais	Beneficiação e Pavimentação do Caminho da Pesquita	Execução da Obra	20.190,80 €	6.238,45 €
	Beneficiação e Pavimentação do Largo Santo António	Aquisição de Prédios para Integrar no Domínio Público	23.500,00 €	---
	Beneficiação e Pavimentação da Rua da Orca	Execução da Obra	31.065,14 €	---
	Beneficiação e Pavimentação da Rua da Bica	Execução da Obra	10.762,68 €	---
	Requalificação Urbana da Rua de Santo António e A. Da Praça - Alhais	Execução da Obra	22.414.15€	---

Touro	Beneficiação da E.M. Touro-Cerdeira com construção da Rotunda no entroncamento S. João de Tarouca	Execução da Obra	109.264,61 €	---
	Beneficiação e Pavimentação do Arruamento da estrada S. João de Tarouca-Almoinha	Execução da obra	20.673,25 €	---
Touro	Requalificação da Rua Central do Touro e Envolvente ao Pontão da Lameira	Execução da Obra	27.459,82 €	56.291,09 €
Queiriga	Requalificação da Ex-EN 329 Queiriga	Execução da Obra	125.54 €	153.609,37 €
	Requalificação da Rua do Cimo do Lugar	Execução da Obra	37.336,31 €	---
Pendilhe	Pavimentação da Rua do Canhurdo	Execução da Obra	5.315,58 €	---

Fráguas	Beneficiação e Requalificação dos Acessos e Espaço Envolvente à Capela Sto António	Execução da Obra	3.398,28 €	9.824,71 €
Vila Cova à Coelheira	Beneficiação e Pavimentação da Rua Santa Ana	Execução da obra	29.488,46 €	21.400,56 €
	Beneficiação da Rua D. Afonso Henriques em VC Coelheira	Aquisição de Terrenos	2.605,00 €	---
		Execução da Obra	196.464,03 €	---
Vila Cova à Coelheira	Requalificação da Rua da Corguinha - Carvalha	Execução da Obra	4.469,07 €	---
	Execução da Obra por contrato interadministrativo com a Junta Freguesia de VCC.	Execução da Obra	22.414.15 €	---

2.3.1 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito de Mercados e Feiras em 2016 (em Valores):

Não houve valores executados.

2.3.17 - Mapa Resumo e principais trabalhos realizados no âmbito do Turismo em 2016 (em Valores):

Freguesias	Projecto	Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
V. N. Paiva	Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de VN Paiva	Alteração do Parque Urbano e Praia Fluvial de VN Paiva	10.719,67 €	---

2.3.18 - Mapa Resumo das Operações da Dívida Autárquica (Locação Financeira), no ano 2017 (em valores):

Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
Empréstimos Bancários de MLP contraídos pela Câmara Municipal - Amortizações	572.450,42 €	4.041.417,59 €
Empréstimos Bancários de MLP contraídos pela Câmara Municipal - Juros	22.917,26 €	881.991,37 €
Subscrição Municipal de unidades de participação (FAM)	47.134,00 €	94.268,00 €

2.3.19 - Mapa Resumo das Transferências entre Municípios, no ano 2017 (em valores):

Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
Associação Nacional de Municípios Portugueses - Quotas	4.258,16 €	49.613,16 €

Associação dos Municípios da região do Planalto Beirão - Quotas		11.261,00 €	41.687,00 €
Comunidades Intermunicipal da Região Dão Lafões - Quotas		2.977,56 €	28.346,65 €
Comparticipação Municipal no âmbito de Protocolos de Cooperação celebrados com a CIMVDL decorrentes da execução de Fundos Comunitários e Cooperação Técnica	Comparticipação Municipal Corrente	11.571,33 €	823,68 €
	Comparticipação Municipal Capital	---	6.951,01 €
Delegação Legal de competências municipais nas Freguesias – Celebração de Acordos de execução	Freguesia Pendilhe	7.908,00 €	7.687,00 €
	Freguesia Queiriga	9.962,00 €	9.683,00 €
	Freguesia Touro	12.772,00 €	12.418,00 €
	Freguesia VC Coelheira	11.095,00 €	10.785,00 €
	União Freguesias VNP, Alhais e Fráguas	20.044,00 €	19.483,00 €

2.3.20 - Mapa Resumo das Transferências Diversa Não Especificadas, no ano 2017 (em valores):

Descrição	Ano 2017	Anos Anteriores
Grande Reparação de Viaturas	13.428,28 €	32.508,30 €
Protocolo de Cooperação com os "Amigos do Pêlo" e União de Freguesias de VN Paiva, Alhais e Fráguas	9.100,00 €	20.350,00 €

2.4 - Atribuição de alvarás de construção e outros no âmbito das obras particulares

DESCRIÇÃO	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Reconstruções, alterações e ampliações	28	25	37	34	35	62	59	38	41	37	39
Construções Novas	37	30	28	29	20	66	52	35	36	34	34
Muros	11	8	2	1	19	12	14	35	38	39	36
Barracões	13	8	6	8	12	49	38	29	28	22	21
Construções Industriais	1	2	0	0	3	1	0	0	0	0	1
Loteamentos	2	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1
Pedidos de Informação Prévia	25	18	12	35	33	26	19	12	13	23	13
Propriedades Horizontais	5	4	3	1	1	2	1	1	0	0	4
Licenças de Utilização	94	95	23	60	43	65	67	66	48	46	52
Destaques de Parcelas de Terrenos	4	6	4	4	9	1	1	4	3	3	3
Certidões sobre Prédios Urbanos não sujeitos a Licença de Utilização	38	50	32	36	35	25	29	30	43	42	41
Certidões de Compropriedade	20	8	14	20	9	21	18	12	16	18	14
Comunicações Prévias	---	---	12	16	18	4	3	4	2	4	4

2.5 - Transferências de Capital e Correntes

2.5.1 – Transferências globais do Município para as Juntas de Freguesias.

	CORRENTES	CAPITAL
Junta Freguesia Pendilhe	335.45 €	7.908,00 €
Junta Freguesia Touro	354,29 €	12.775,00 €
Junta Freguesia Queiriga	352,29 €	9.962,00 €
Junta Freguesia Vila Cova à Coelheira	352,50 €	18.153,53 €
União de Freguesias de VNP, Alhais e Fráguas	899.63 €	20.044,00 €

Nota: Inclui Transferências Capítulo 04 (Transferências Correntes) e Capítulo 08 (Transferências de Capital)

2.5.2 – Transferências do Município para outras entidades em termos totais

CORRENTE	CAPITAL
288.454,29 €	92.193,54 €

2.5.3 - Principais Transferências Correntes do Município, para:

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de VNP	36.621,70 €
Casa do Povo de Vila Nova de Paiva	18.500,00 €
Sport Club Paivense – Assoc. Cultural e Recreativa e Desportiva	40.187,50 €
Associação "Amigos do Pêlo"	8.000,00 €
Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão	114.608,39 €
Banda Musical Progressiva de Vila Cova à Coelheira	6.000,00 €

2.5.4 - Principais Transferências de Capital do Município, para:

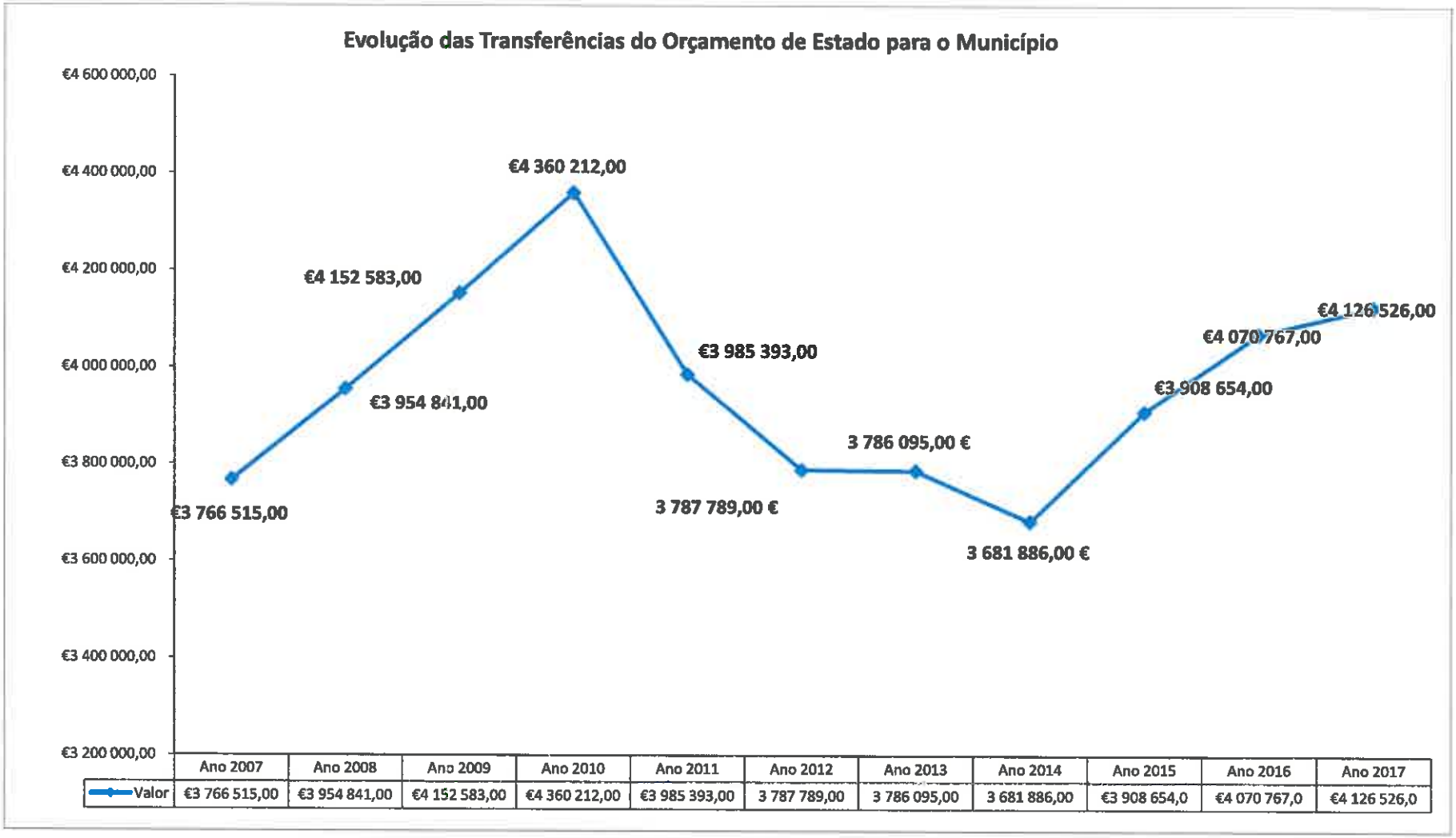
Conselho Económico Paroquial de Alhais	7.500,00 €
Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	6.951,01 €
Banda Musical Progressiva de Vila Cova à Coelheira	6.600,00 €
Agrupamento Escolas de Vila Nova de Paiva	2.300,00 €

2.6 - Empreitadas e Fornecimentos

Adjudicação	Empreitada	Valor de Adjudicação	Forma de Adjudicação	Adjudicatário
2017-04-0	Conclusão do Polidesportivo de Pendilhe	11.995,00 €	Ajuste directo	Euroténis – Equipamentos Desportivos, Lda
2017-06-01	Requalificação Urbana da Rua de Santo António e Av. da Praça - Alhais	19.000,00 €	Ajuste directo	Dairotir - Transportes e Construção Civil, L.da
2017-06-09	Beneficiação e Pavimentação de Caminhos Rurais em Alhais, Touro, Carvalha e Pendilhe	113.998,70 €	Ajuste directo	Socibeiral – Serviços, Lda.
2017-07-17	Construção de Passeios e Muros na Av. D. Afonso Henriques e Vila Cova à Coelheira	73.395,55 €	Concurso público	Embeiral - Engenharia e Construção, S.A.
2017-09-13	Beneficiação e Pavimentação da Rua da Penha e Envolvente ao Pavilhão Multiusos - Fráguas	31.000,00 €	Ajuste directo	Lopes & Irmãos, Lda

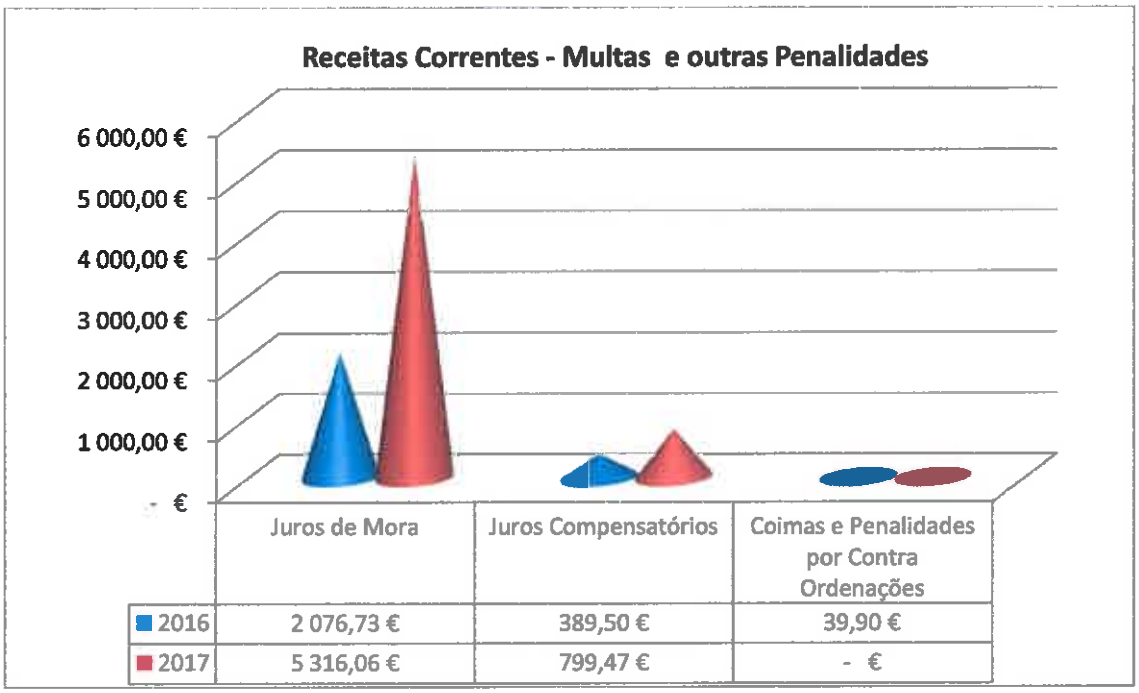
2.7 - Evolução das Transferências do Orçamento do Estado para o Município de Vila Nova de Paiva

	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES									
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.372.335,00 €	2.498.015,00 €	2.166.224,00 €	2.886.930,00 €	2.886.930,00 €	3.147.752,00 €	3.296.381,00 €	3 442 924,00 €	3 498 593,00 €
Fundo Social Municipal	134.700,00 €	134.363,00 €	116.517,00 €	116.534,00 €	116.534,00 €	116.534,00 €	159.208,00 €	159 208,00 €	159 593,00 €
Participação Fixa no IRS	63.992,00 €	62.491,00 €	60.898,00 €	60.898,00 €	60.898,00 €	67.850,00 €	86.800,00 €	86 088,00 €	85 793,00 €
TRANSFERÊNCIAS CAPITAL									
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.581.556,00 €	1.665.343,00 €	1.444.150,00 €	721.733,00 €	721.733,00 €	349.750,00 €	366.265,00 €	382 547,00 €	382 547,00 €
Cooperação Técnica e Financeira	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Outras	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Total	4.152.583,00 €	4.360 212,00 €	3.985 393,00 €	3 787.789,00 €	3.786 095,00 €	3.681 886,00 €	3 908.654,00 €	4 070 767,00 €	4 126 526,00 €

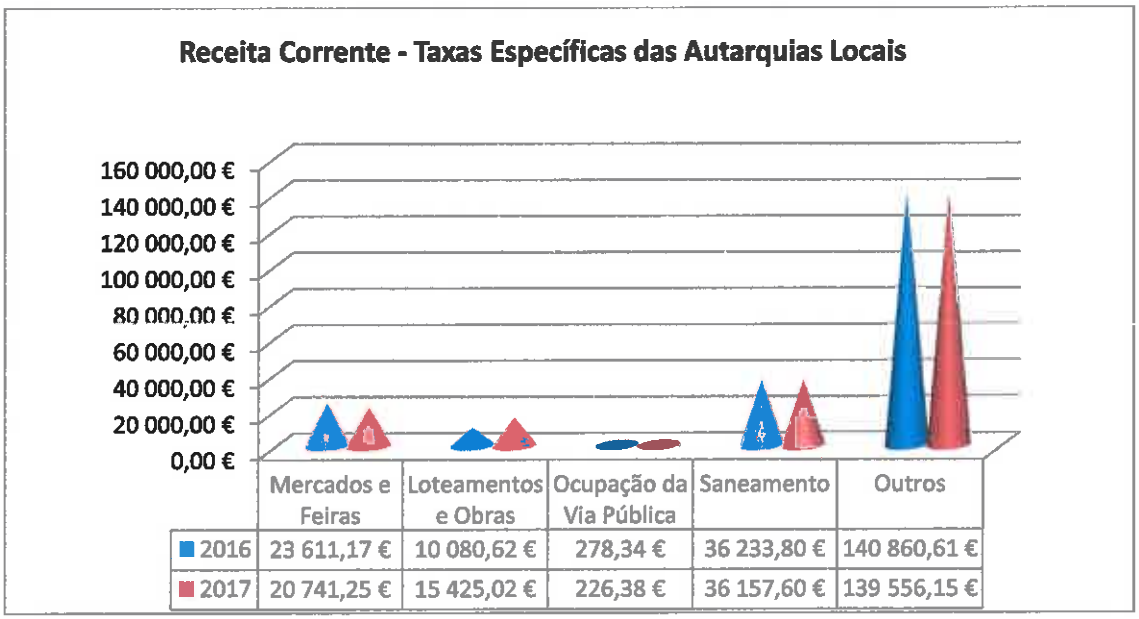

Evolução das Transferências do Orçamento de Estado para o Município
€4 600 000,00
€4 400 000,00
€4 200 000,00
€4 000 000,00
€3 800 000,00
€3 600 000,00
€3 400 000,00
€3 200 000,00
€3 766 515,00
€3 954 841,00
€4 152 583,00
€4 360 212,00
€3 985 393,00
3 787 789,00 €
3 786 095,00 €
3 681 886,00 €
€3 908 654,00
€4 070 767,00
€4 126 526,00
Ano 2007 | Ano 2008 | Ano 2009 | Ano 2010 | Ano 2011 | Ano 2012 | Ano 2013 | Ano 2014 | Ano 2015 | Ano 2016 | Ano 2017
Valor | €3 766 515,00 | €3 954 841,00 | €4 152 583,00 | €4 360 212,00 | €3 985 393,00 | 3 787 789,00 | 3 786 095,00 | 3 681 886,00 | €3 908 654,0 | €4 070 767,0 | €4 126 526,0

3 – Análise da Situação Financeira

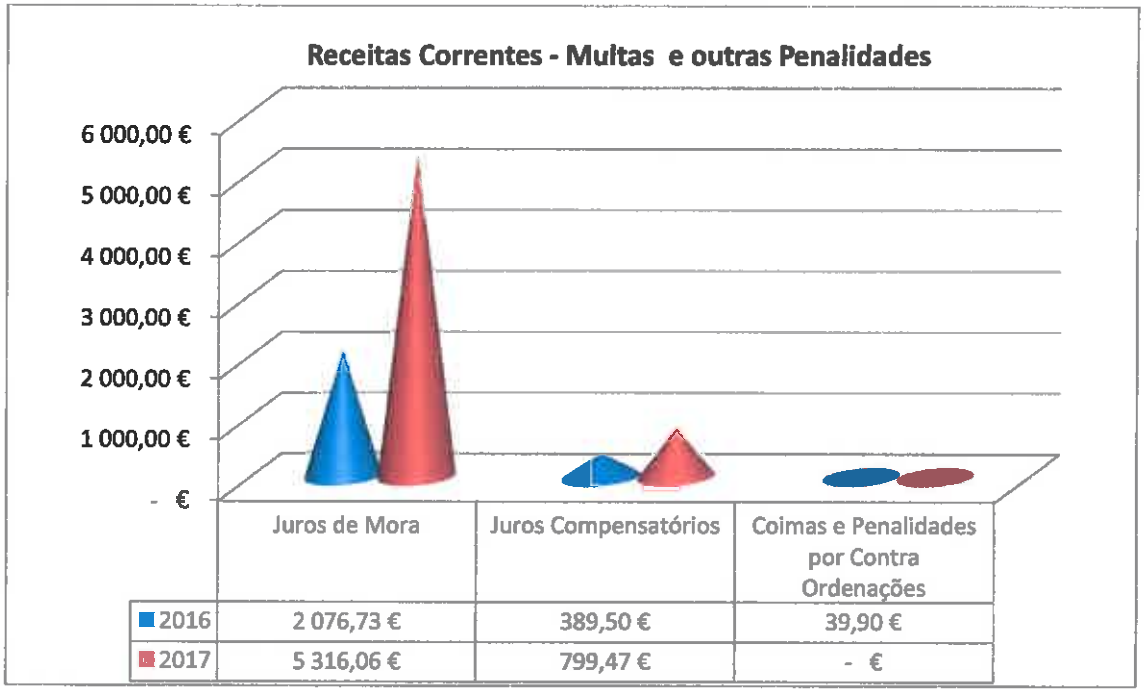
3.1 – Análise Gráfica das Receitas Correntes

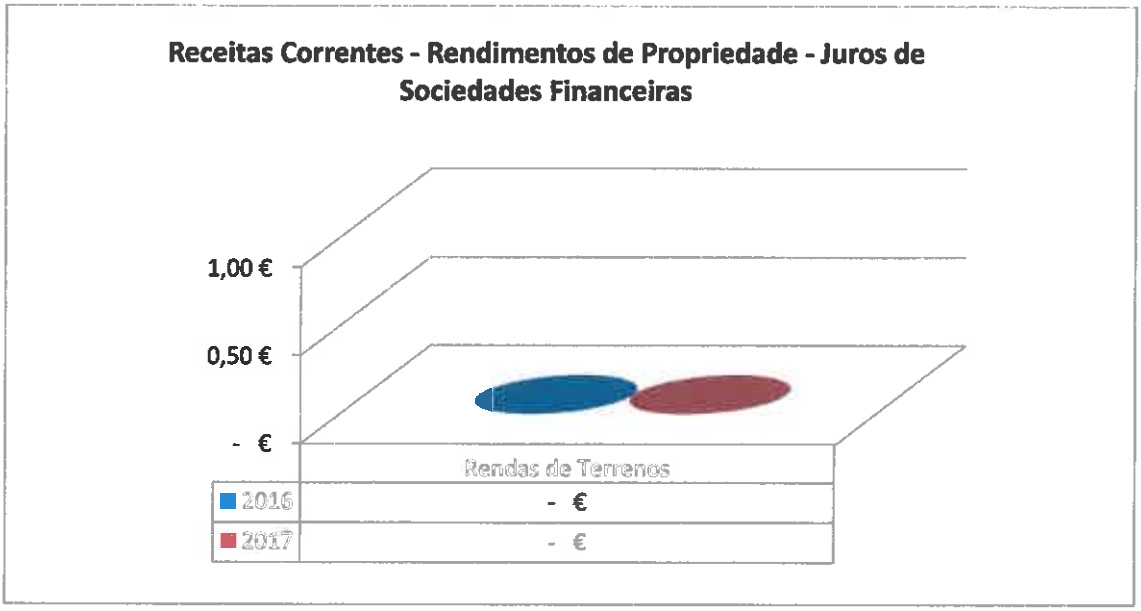


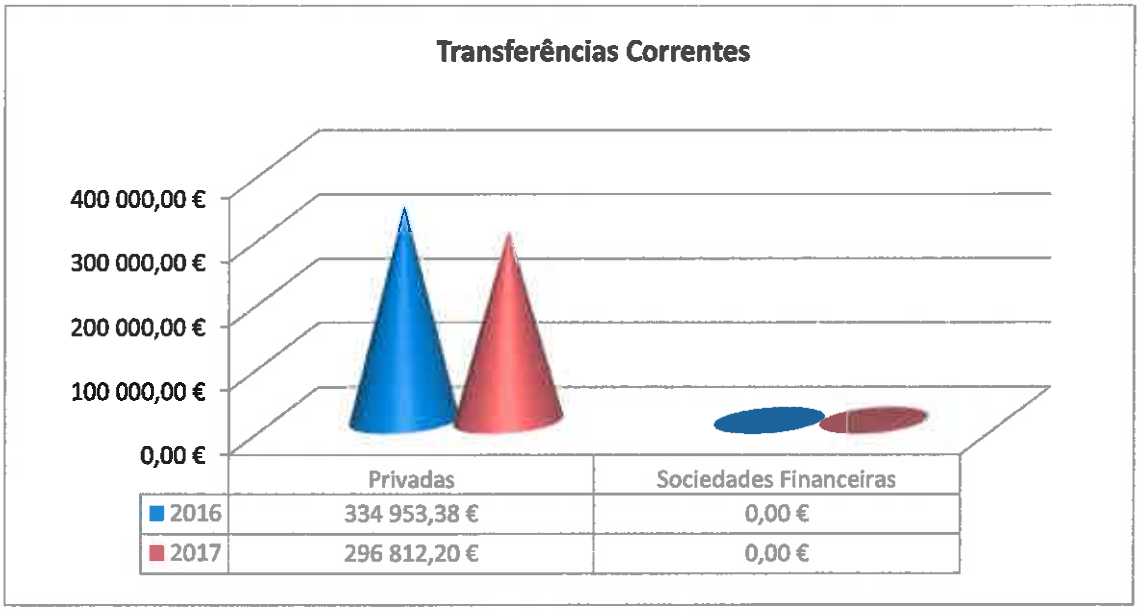
	Juros de Mora	Juros Compensatórios	Coimas e Penalidades por Contra Ordenações
2016	2 076,73 €	389,50 €	39,90 €
2017	5 316,06 €	799,47 €	- €

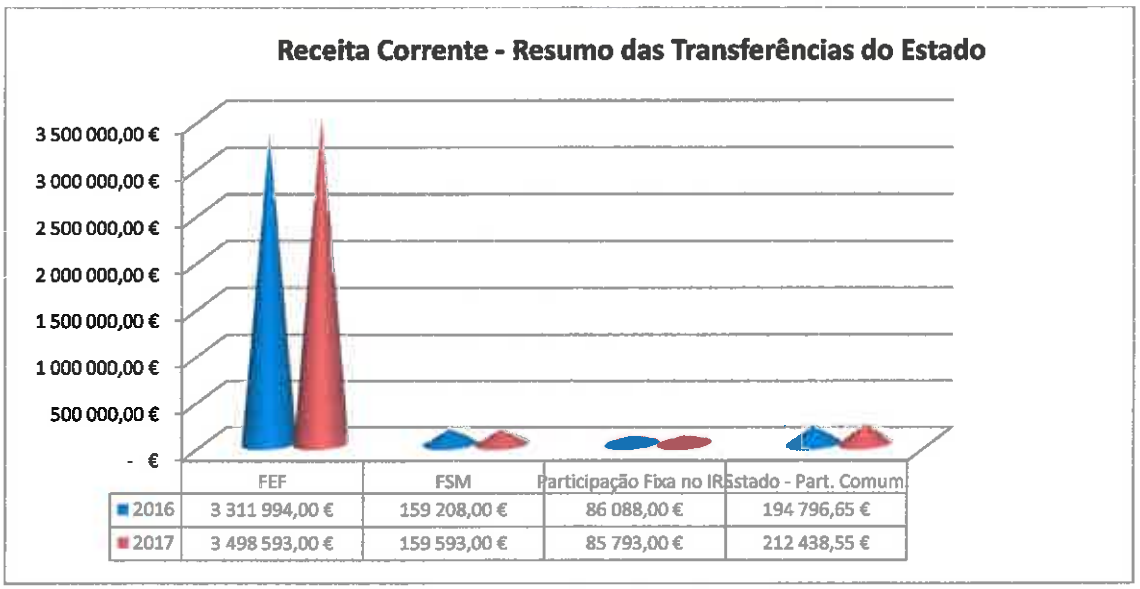


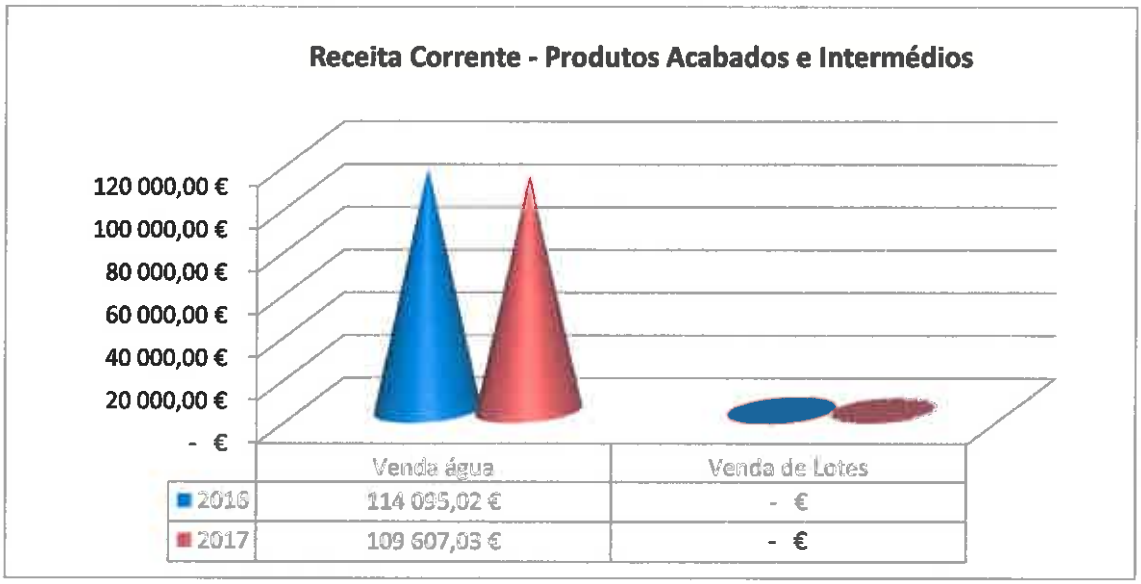
	Mercados e Feiras	Loteamentos e Obras	Ocupação da Via Pública	Saneamento	Outros
2016	23 611,17 €	10 080,62 €	278,34 €	36 233,80 €	140 860,61 €
2017	20 741,25 €	15 425,02 €	226,38 €	36 157,60 €	139 556,15 €


Receitas Correntes - Multas e outras Penalidades
6 000,00 €
5 000,00 €
4 000,00 €
3 000,00 €
2 000,00 €
1 000,00 €
- €
Juros de Mora
Juros Compensatórios
Coimas e Penalidades por Contra Ordenações
2016
2 076,73 €
389,50 €
39,90 €
2017
5 316,06 €
799,47 €
- €

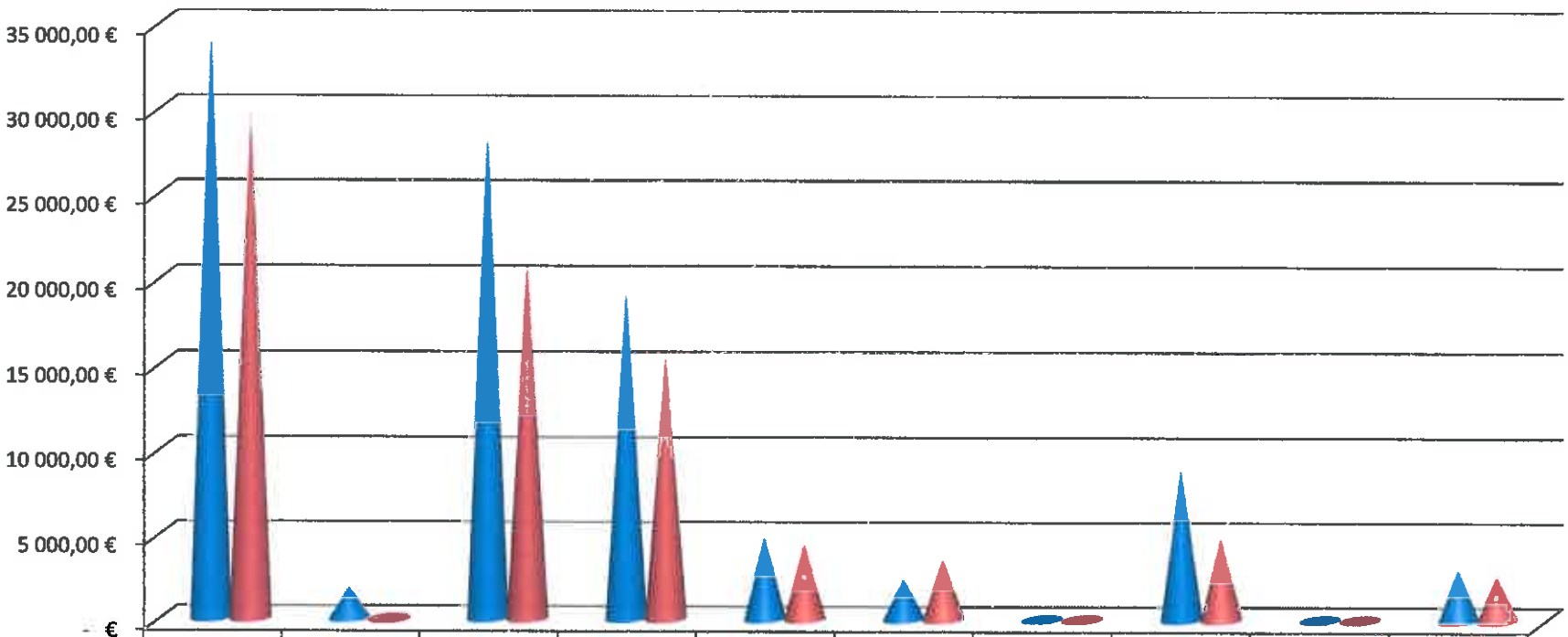

Receitas Correntes - Rendimentos de Propriedade - Juros de Sociedades Financeiras
1,00 €
0,50 €
- €
Rendas de Terrenos
2016
- €
2017
- €


Transferências Correntes
400 000,00 €
300 000,00 €
200 000,00 €
100 000,00 €
0,00 €
Privadas
Sociedades Financeiras
2016
334 953,38 €
0,00 €
2017
296 812,20 €
0,00 €

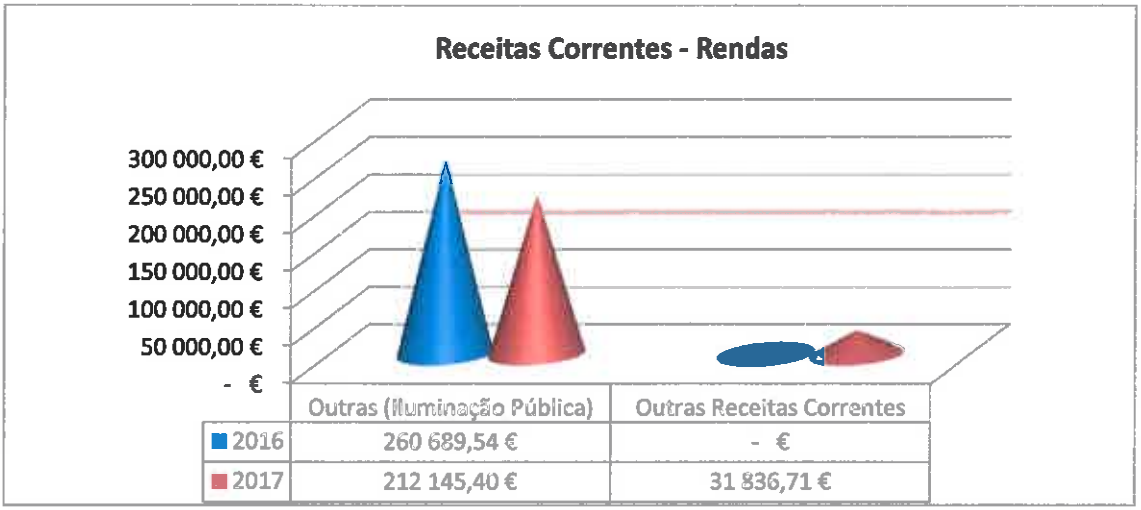

Receita Corrente - Resumo das Transferências do Estado
3 500 000,00 €
3 000 000,00 €
2 500 000,00 €
2 000 000,00 €
1 500 000,00 €
1 000 000,00 €
500 000,00 €
- €
FEF
FSM
Participação Fixa no IR
Estado - Part. Comum
2016
3 311 994,00 €
159 208,00 €
86 088,00 €
194 796,65 €
2017
3 498 593,00 €
159 593,00 €
85 793,00 €
212 438,55 €


Receita Corrente - Produtos Acabados e Intermédios
120 000,00 €
100 000,00 €
80 000,00 €
60 000,00 €
40 000,00 €
20 000,00 €
- €
Venda água
Venda de Lotes
2016
114 035,02 €
- €
2017
109 607,03 €
- €

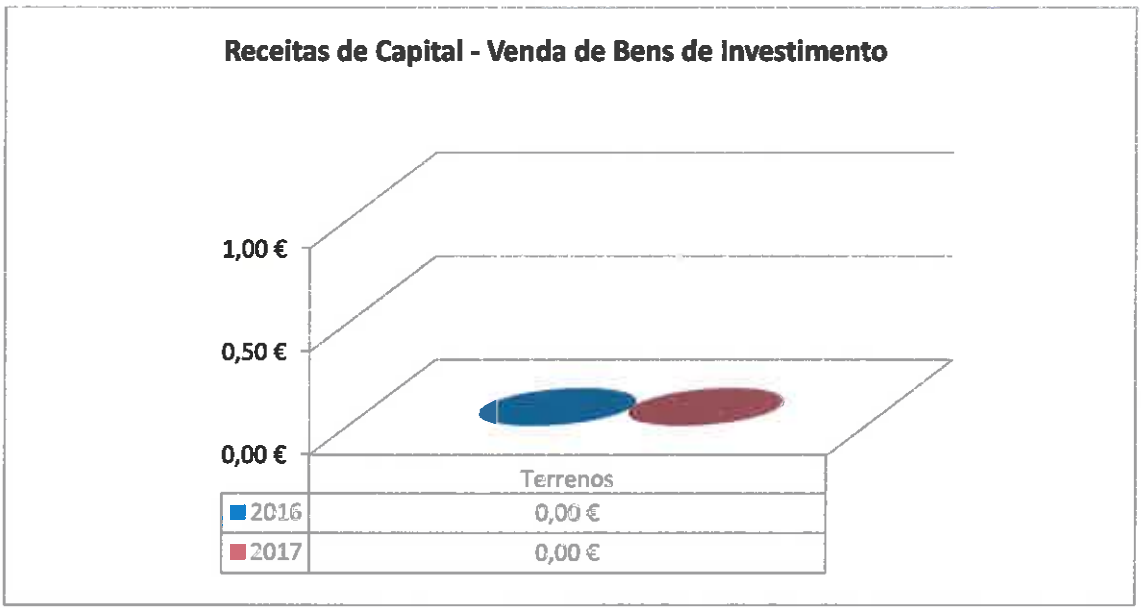
Receitas Correntes - Serviços

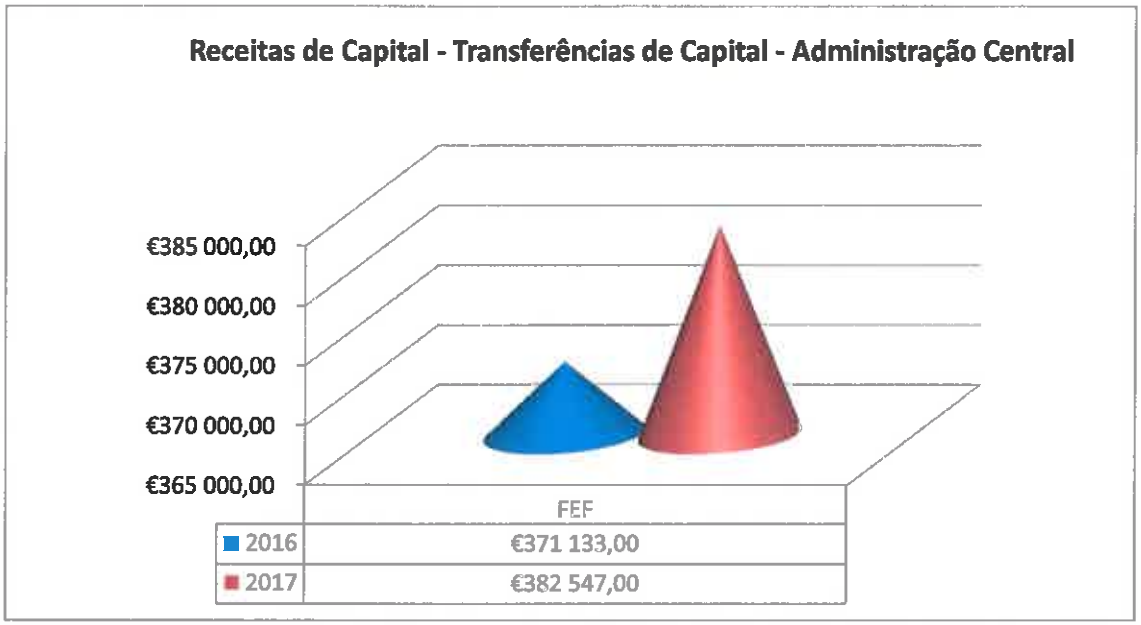


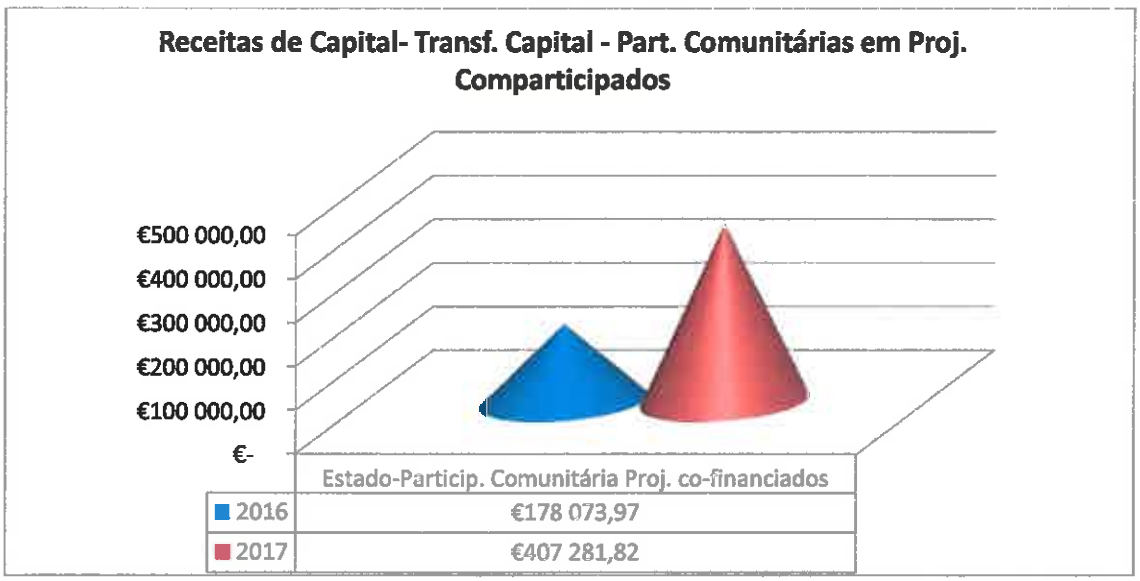
	Serviços Sociais	Serviços Culturais	Serviços Desportivos	Serv. Esp. Autarquias	Saneamento	Transportes C. Escolares	Cemitérios	Ramais dom. Água	Transportes Escolares	Outros
2016	34 203,57	1 802,00 €	28 581,99	19 230,82	4 797,80 €	2 347,00 €	250,00 €	8 865,28 €	- €	2 970,74 €
2017	29 998,05	318,00 €	20 749,15	15 467,84	4 376,09 €	3 543,50 €	200,00 €	4 783,16 €	- €	2 565,09 €

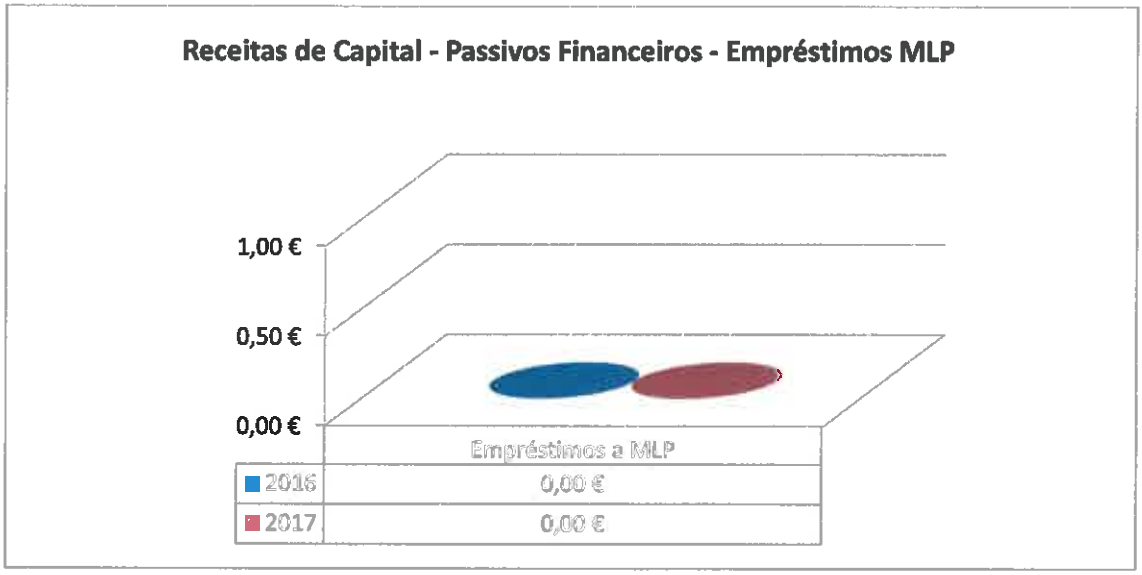


3.2 – Análise Gráfica das Despesas de Capital

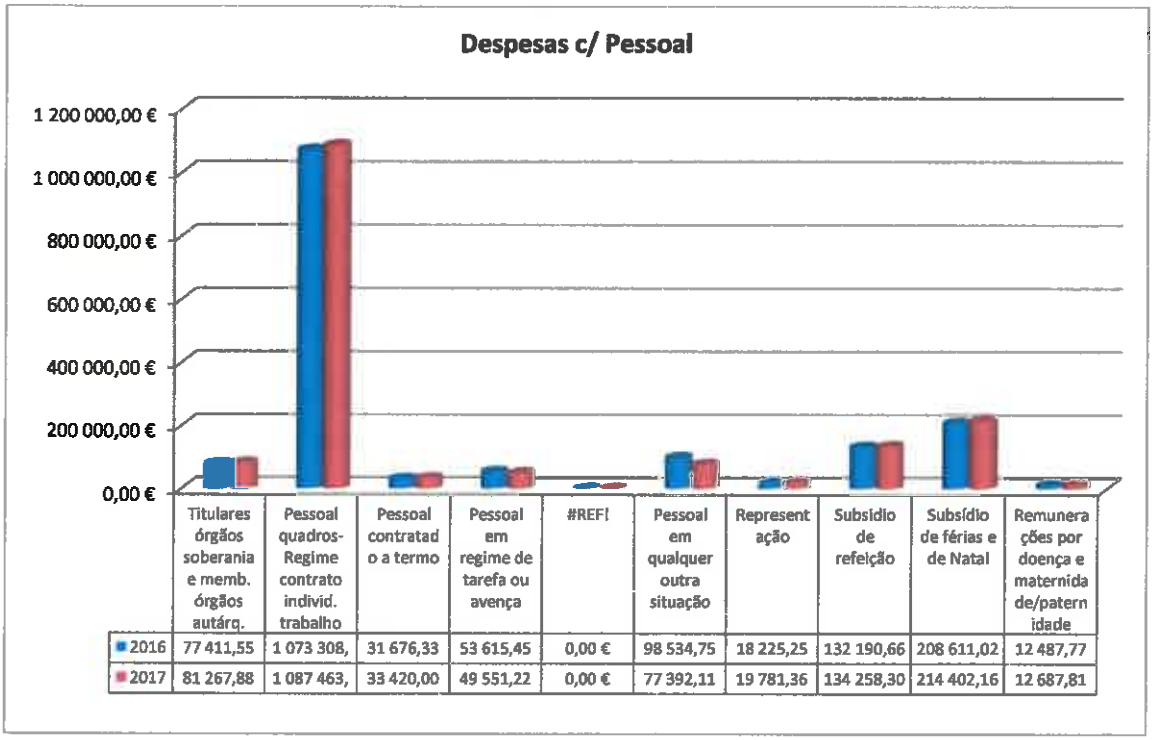



Receitas de Capital - Transferências de Capital - Administração Central
€385 000,00
€380 000,00
€375 000,00
€370 000,00
€365 000,00
FEF
2016
€371 133,00
2017
€382 547,00

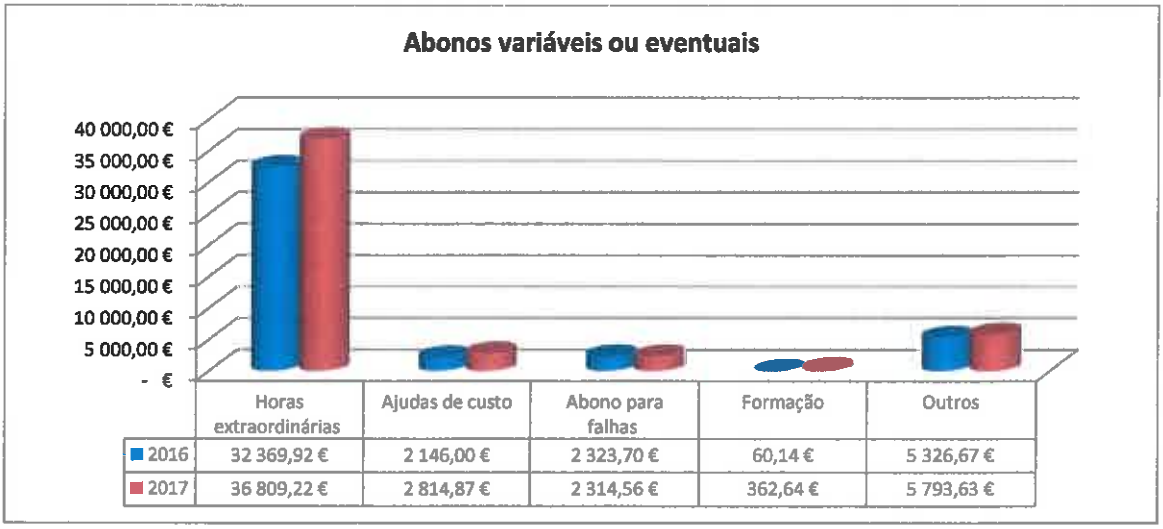

Receitas de Capital- Transf. Capital - Part. Comunitárias em Proj. Comparticipados
€500 000,00
€400 000,00
€300 000,00
€200 000,00
€100 000,00
€-
Estado-Particip. Comunitária Proj. co-financiados
2016
€178 073,97
2017
€407 281,82



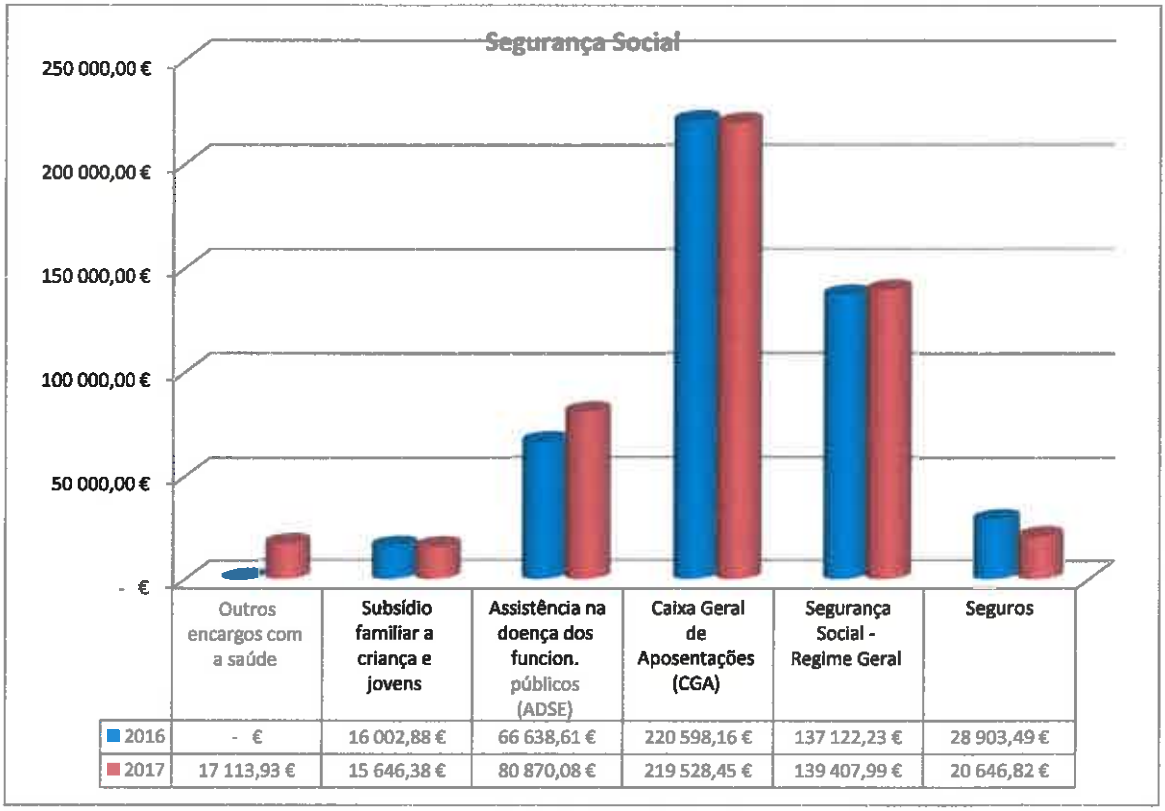
3.3 - Análise Gráfica das Despesas Correntes:



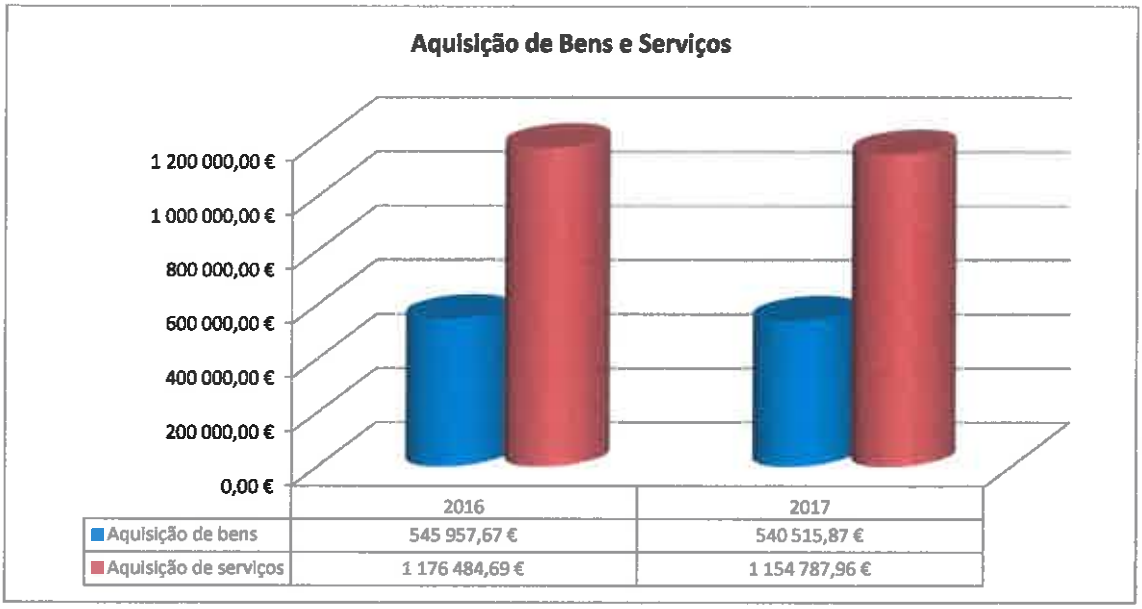
	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	Pessoal contratado a termo	Pessoal em regime de tarefa ou avença	#REF!	Pessoal em qualquer outra situação	Representação	Subsidio de refeição	Subsídio de férias e de Natal	Remunerações por doença e maternidade/paternidade
2016	77 411,55	1 073 308,	31 676,33	53 615,45	0,00 €	98 534,75	18 225,25	132 190,66	208 611,02	12 487,77
2017	81 267,88	1 087 463,	33 420,00	49 551,22	0,00 €	77 392,11	19 781,36	134 258,30	214 402,16	12 687,81



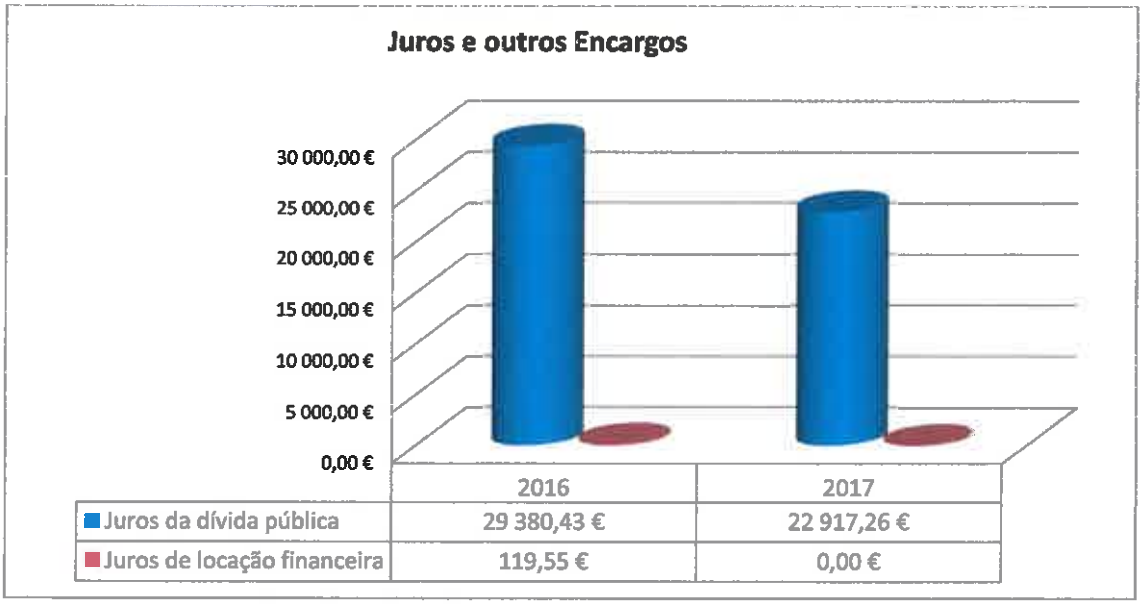
	Horas extraordinárias	Ajudas de custo	Abono para falhas	Formação	Outros
2016	32 369,92 €	2 146,00 €	2 323,70 €	60,14 €	5 326,67 €
2017	36 809,22 €	2 814,87 €	2 314,56 €	362,64 €	5 793,63 €



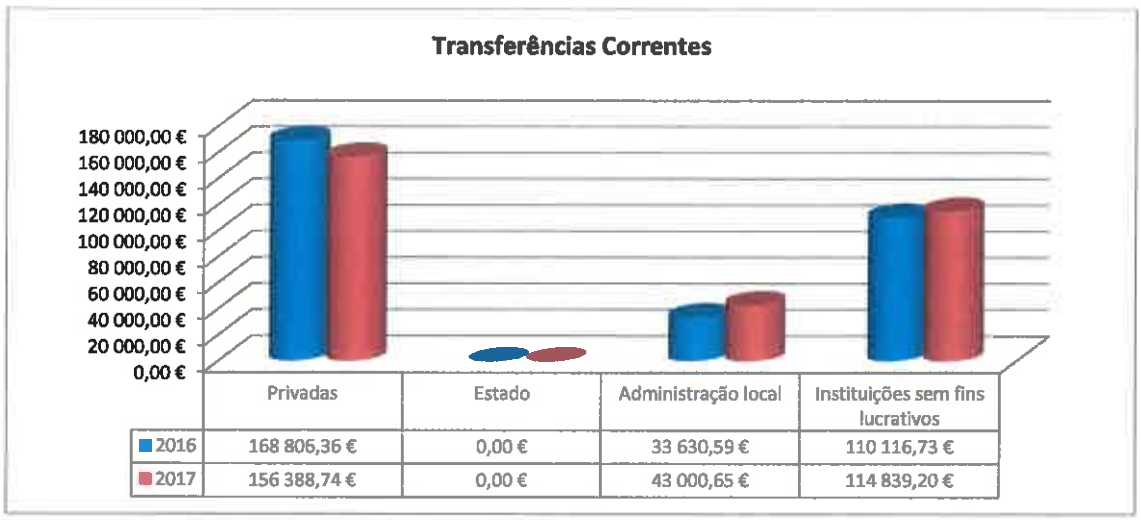
	Outros encargos com a saúde	Subsídio familiar a criança e jovens	Assistência na doença dos funcion. públicos (ADSE)	Caixa Geral de Aposentações (CGA)	Segurança Social - Regime Geral	Seguros
2016	- €	16 002,88 €	66 638,61 €	220 598,16 €	137 122,23 €	28 903,49 €
2017	17 113,93 €	15 646,38 €	80 870,08 €	219 528,45 €	139 407,99 €	20 646,82 €



	2016	2017
Aquisição de bens	545 957,67 €	540 515,87 €
Aquisição de serviços	1 176 484,69 €	1 154 787,96 €

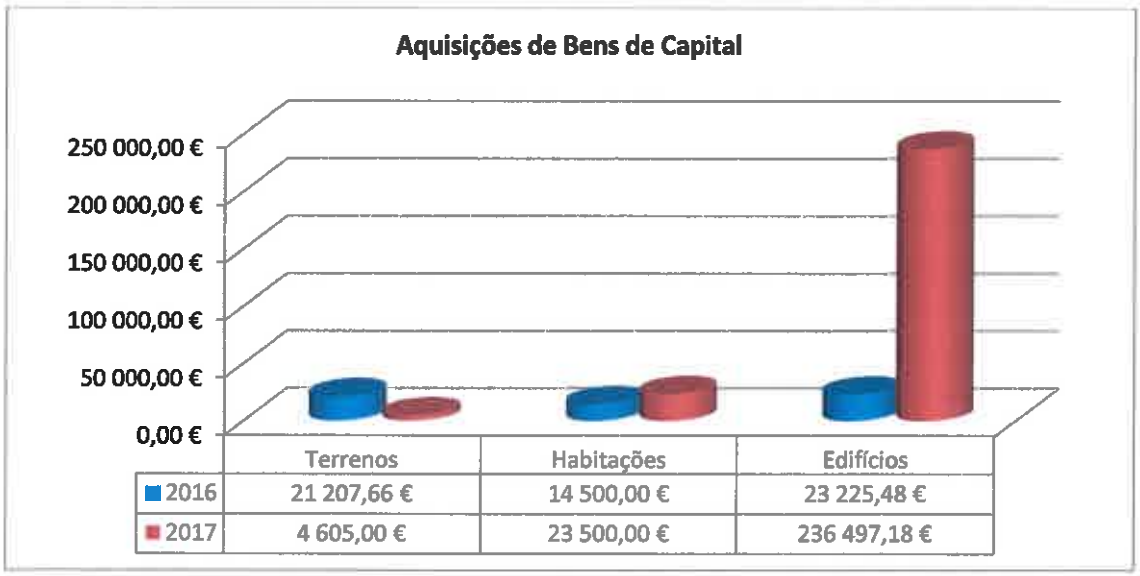


	2016	2017
Juros da dívida pública	29 380,43 €	22 917,26 €
Juros de locação financeira	119,55 €	0,00 €

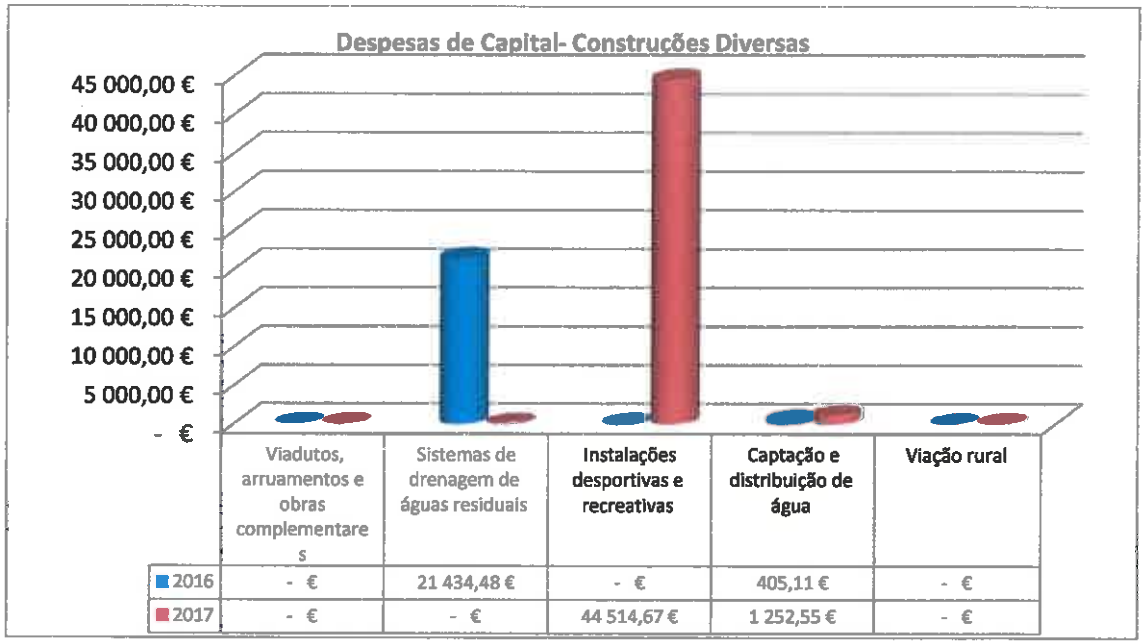


	Privadas	Estado	Administração local	Instituições sem fins lucrativos
2016	168 806,36 €	0,00 €	33 630,59 €	110 116,73 €
2017	156 388,74 €	0,00 €	43 000,65 €	114 839,20 €

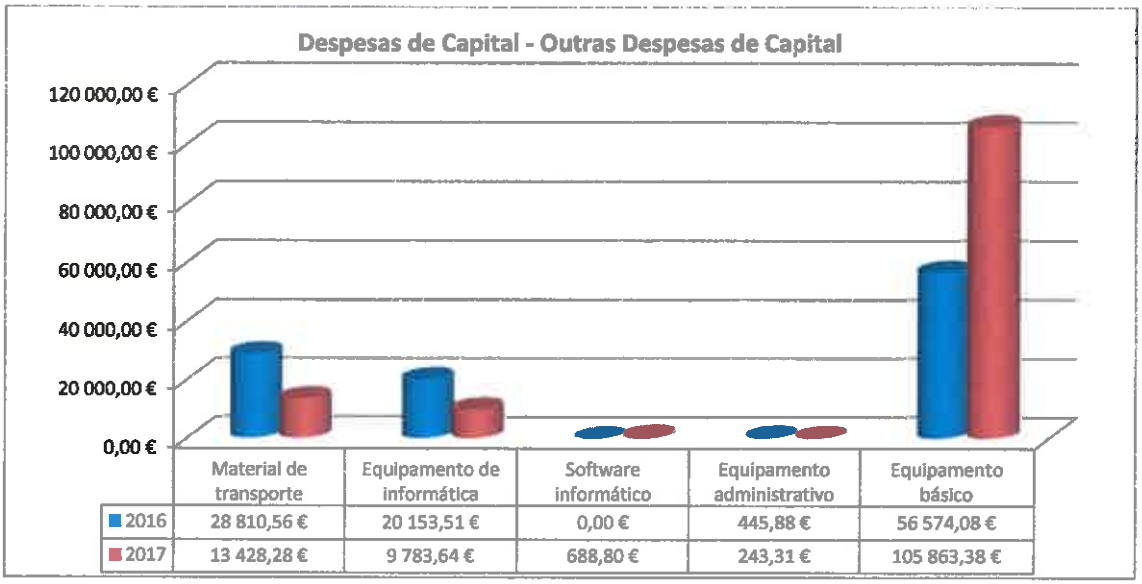
3.4 - Análise Gráfica das Despesas de Capital:



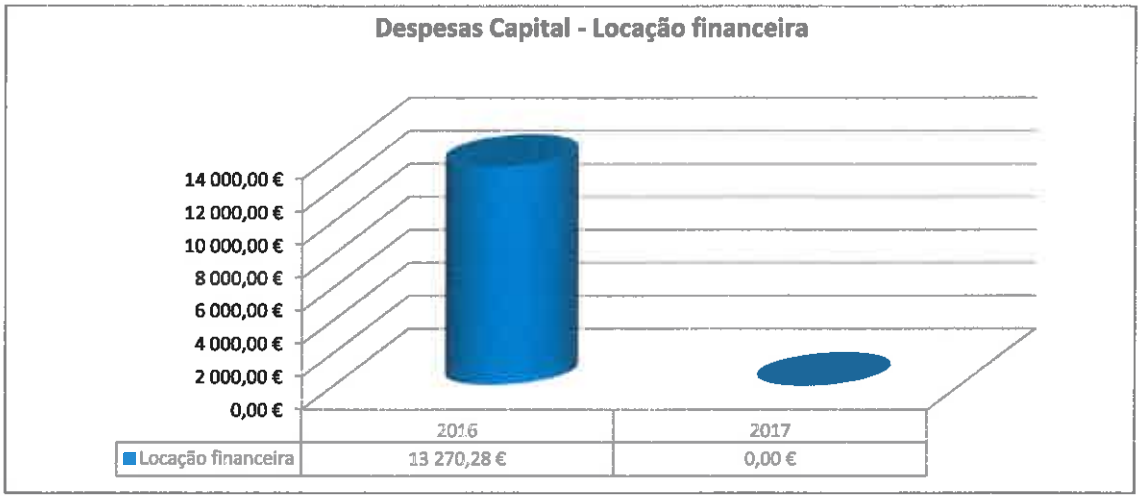
	Terrenos	Habitações	Edifícios
2016	21 207,66 €	14 500,00 €	23 225,48 €
2017	4 605,00 €	23 500,00 €	236 497,18 €

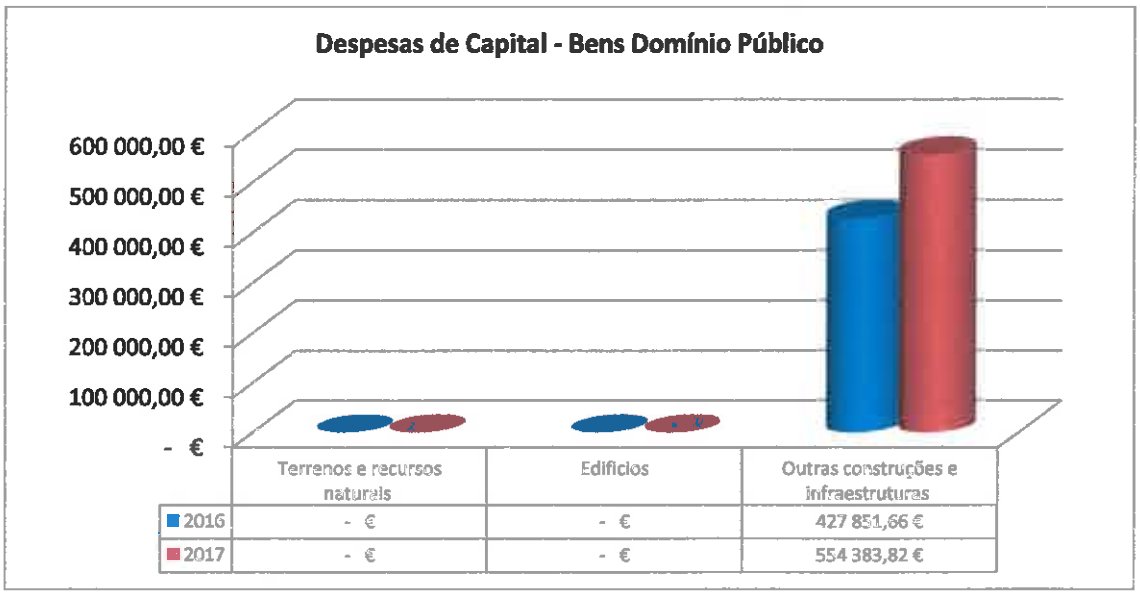


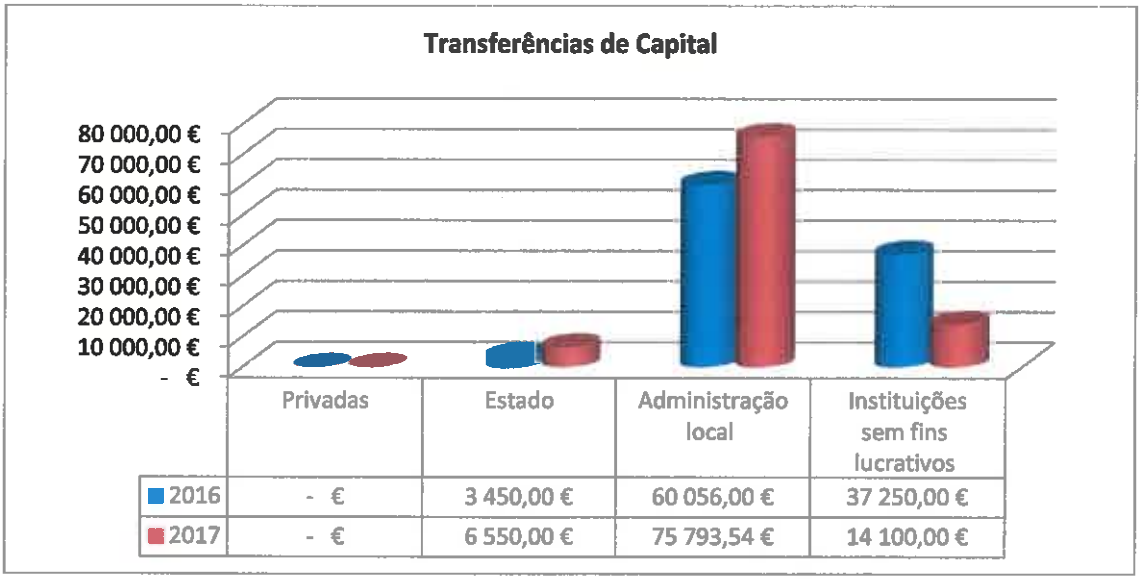
	Viadutos, arruamentos e obras complementares	Sistemas de drenagem de águas residuais	Instalações desportivas e recreativas	Captação e distribuição de água	Viação rural
2016	- €	21 434,48 €	- €	405,11 €	- €
2017	- €	- €	44 514,67 €	1 252,55 €	- €

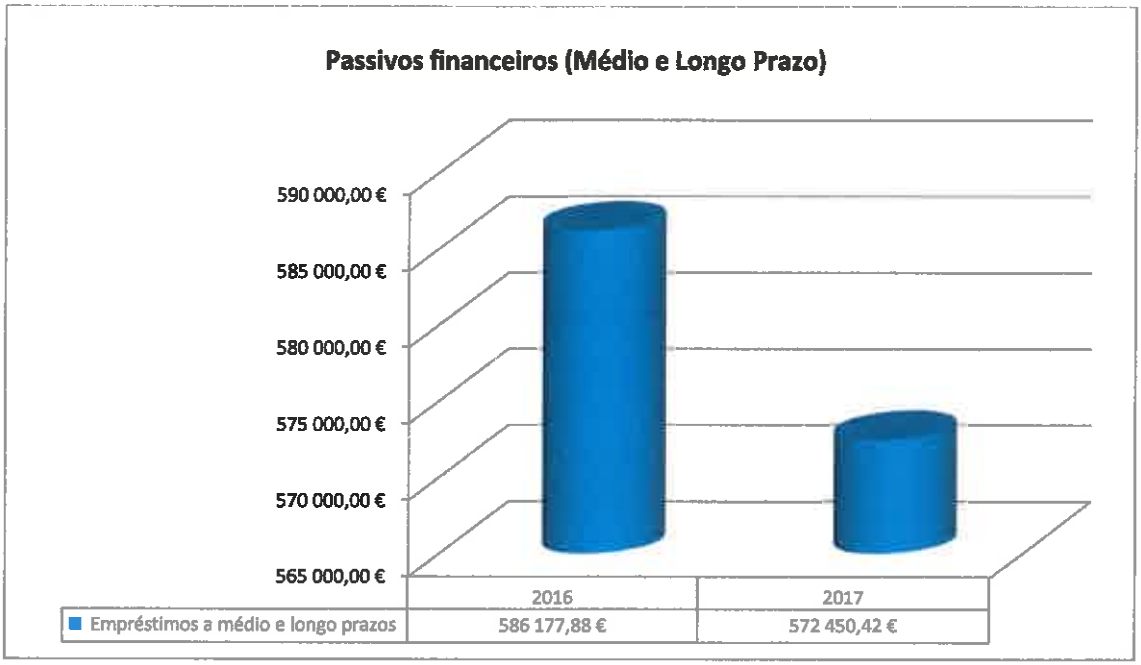


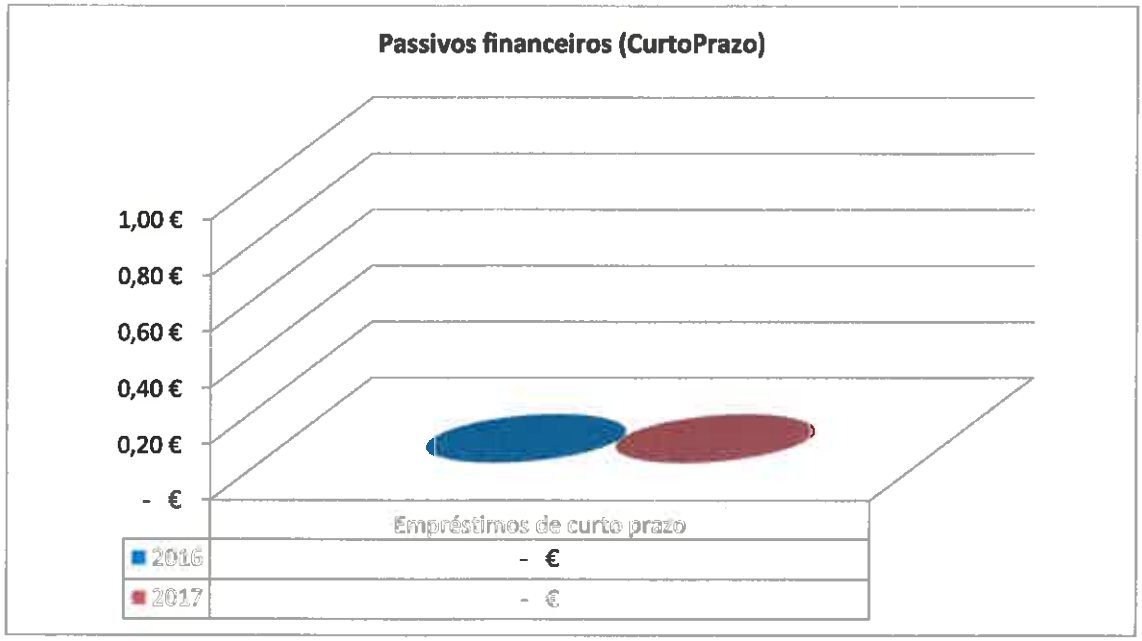
	Material de transporte	Equipamento de informática	Software informático	Equipamento administrativo	Equipamento básico
2016	28 810,56 €	20 153,51 €	0,00 €	445,88 €	56 574,08 €
2017	13 428,28 €	9 783,64 €	688,80 €	243,31 €	105 863,38 €


Despesas Capital - Locação financeira
14 000,00 €
12 000,00 €
10 000,00 €
8 000,00 €
6 000,00 €
4 000,00 €
2 000,00 €
0,00 €
2016
2017
Locação financeira
13 270,28 €
0,00 €


Despesas de Capital - Bens Domínio Público
600 000,00 €
500 000,00 €
400 000,00 €
300 000,00 €
200 000,00 €
100 000,00 €
- €
Terrenos e recursos naturais
Edifícios
Outras construções e infraestruturas
2016
- €
- €
427 851,66 €
2017
- €
- €
554 383,82 €


Transferências de Capital
80 000,00 €
70 000,00 €
60 000,00 €
50 000,00 €
40 000,00 €
30 000,00 €
20 000,00 €
10 000,00 €
- €
Privadas
Estado
Administração local
Instituições sem fins lucrativos
2016
- €
3 450,00 €
60 056,00 €
37 250,00 €
2017
- €
6 550,00 €
75 793,54 €
14 100,00 €


Passivos financeiros (Médio e Longo Prazo)
590 000,00 €
585 000,00 €
580 000,00 €
575 000,00 €
570 000,00 €
565 000,00 €
2016
2017
Empréstimos a médio e longo prazos
586 177,88 €
572 450,42 €


Passivos financeiros (CurtoPrazo)
1,00 €
0,80 €
0,60 €
0,40 €
0,20 €
- €
Empréstimos de curto prazo
2016
- €
2017
- €

4 - Análise da evolução da Despesa de Capital Realizadas v/s Receita Capital Realizadas, em relação ao ano 2016

Rubricas	Ano 2017	%
Total das Despesas Capital	2 013 323,99 €	+ 41,79%
Total das Receitas Capital	955 304,90 €	+ 69,43%

As rubricas que mais contribuíram para este aumento, de cerca de **42 %** das **Despesas de Capital**, foram:

Rubricas	Ano 2017	%
Edifícios	236 497,18 €	918,27%
Estações de Tratamentos de águas residuais	236 529,74 €	950,82%
Equipamento básico	105 863,38 €	87,12%
Bens de domínio público	554 383,82 €	29,57%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	529 190,23 €	26,64%

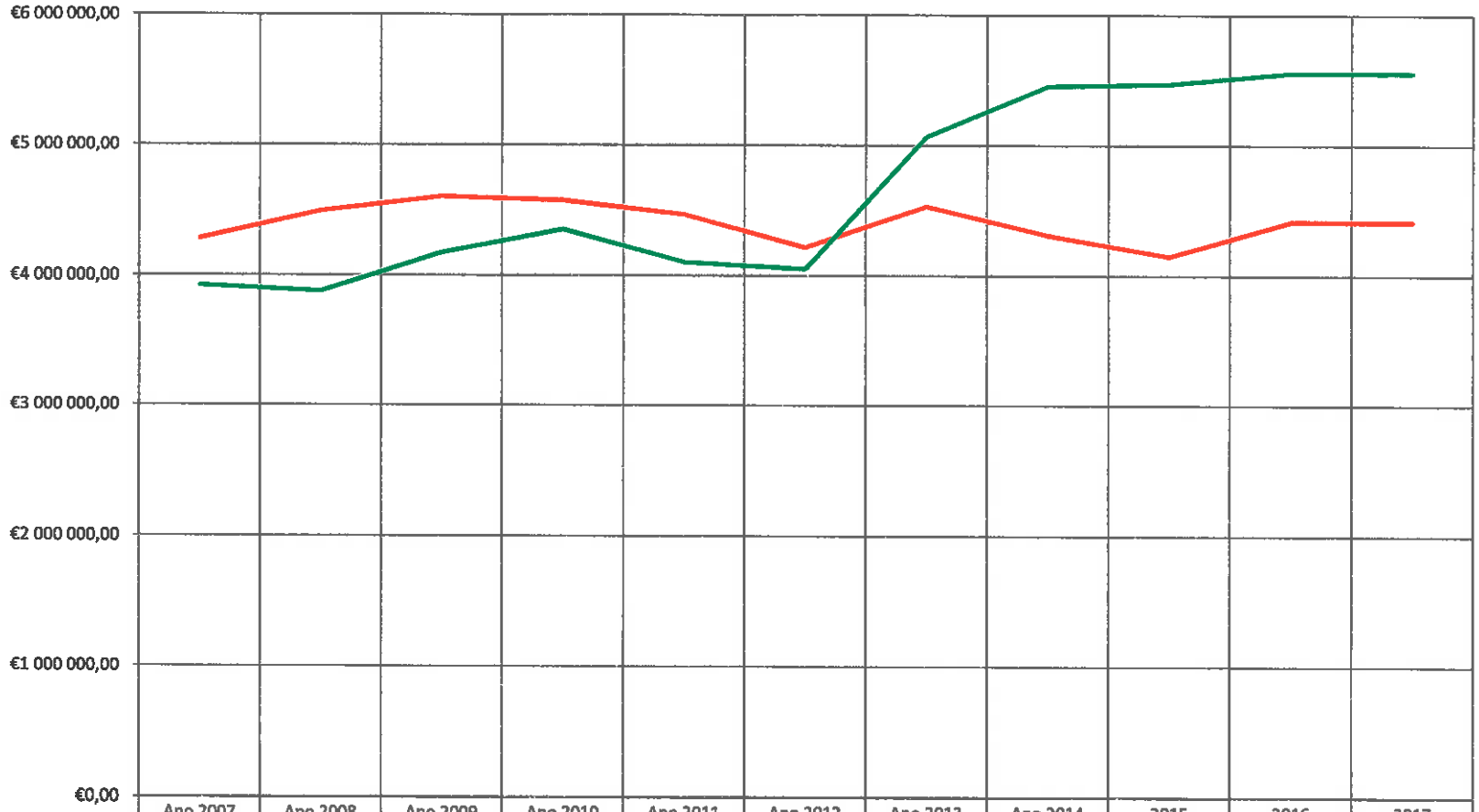
Quanto às **Receitas de Capital**, as rubricas que mais contribuíram para este aumento, de cerca de **53 %**, foram:

Rubricas	Ano 2017	%
Transferências Ad. Central - Estado	860 154,07 €	56,62%
Estado-Particip. Comunitária Proj. co-financiados	407 281,82 €	128,71%

4.1 - Análise da evolução das Despesas Correntes Realizadas e das Receitas Correntes Cobradas, em relação ao ano 2017:

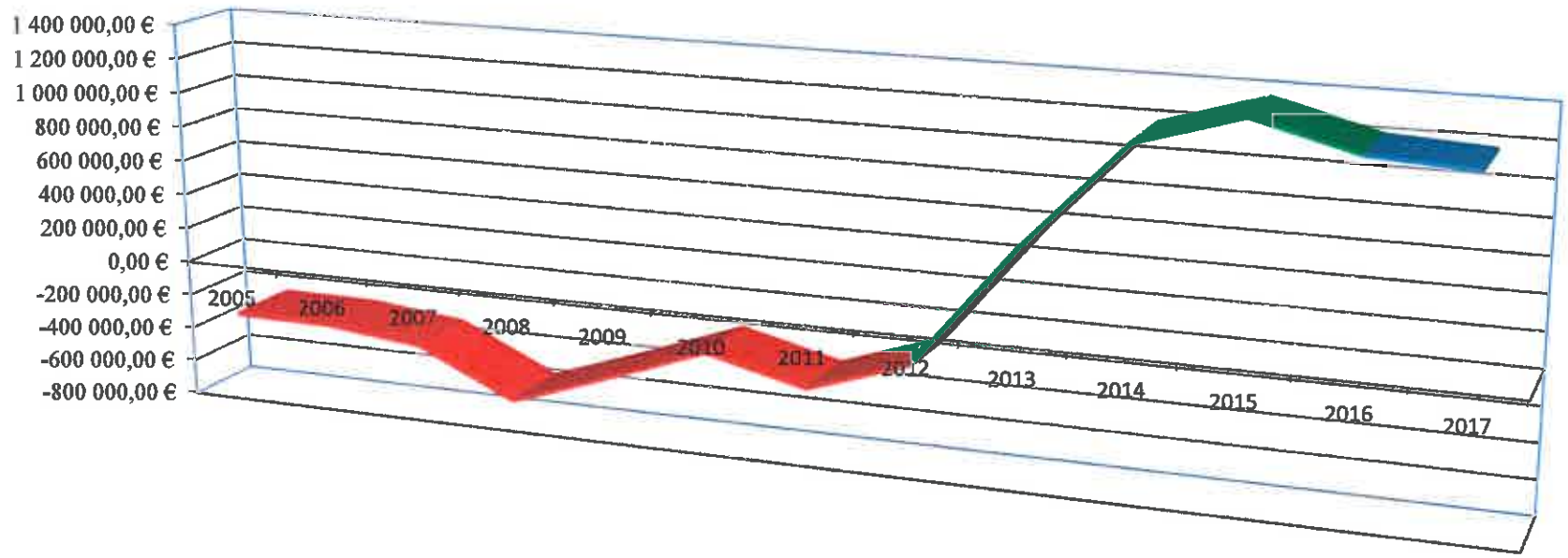
Rubricas	Ano 2017	%
Total das Despesas Correntes Liq.	4 418 931,59 €	-7,78 %
Total das Receitas Correntes Liq.	5 556 889,77 €	-2.00 %

Evolução das Despesas Correntes e das Receitas Correntes

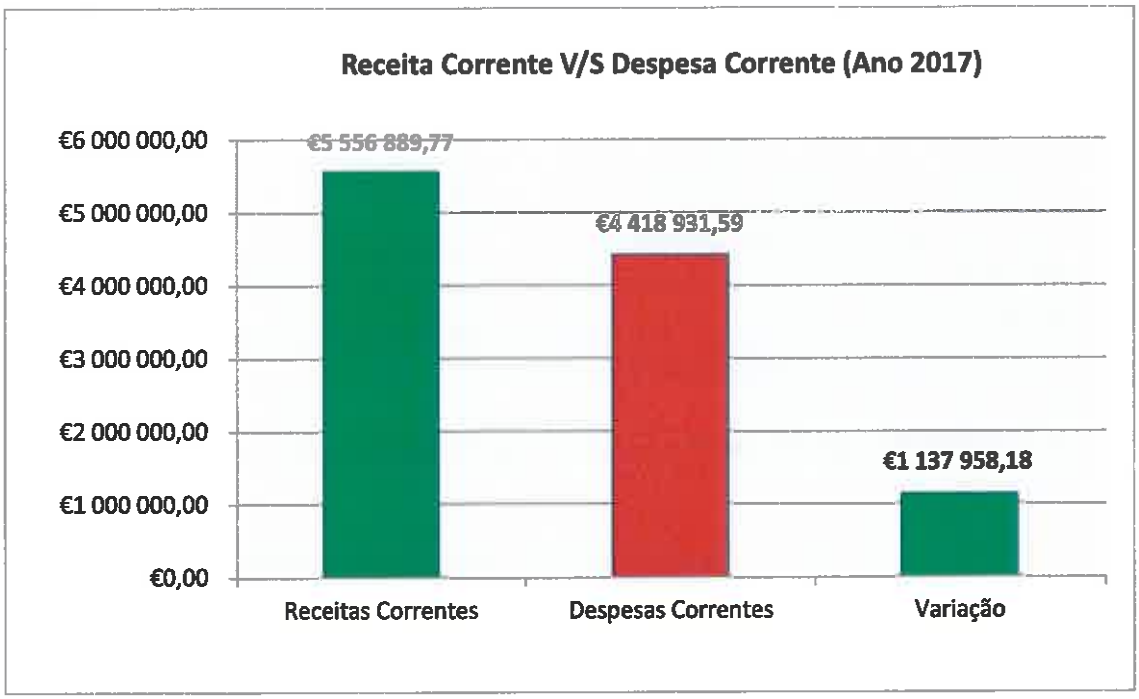


	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	2015	2016	2017
Total das Despesas Correntes	€4 284 576,2	€4 493 543,0	€4 604 838,9	€4 575 770,9	€4 468 147,5	€4 219 915,1	€4 532 168,9	€4 313 896,1	€4 153 713,9	€4 418 931,5	€4 418 931,
Total das Receitas Correntes	€3 924 143,2	€3 879 507,5	€4 175 445,6	€4 354 818,7	€4 105 986,1	€4 053 451,4	€5 066 467,3	€5 452 363,9	€5 469 221,6	€5 556 889,7	€5 556 889,

Variação da Receita Corrente Versus Despesa Corrente



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	-290 889,50	-297 947,50	-360 433,00	-627 108,40	-429 393,30	-220 952,20	(€362 161,35	-166 463,65	534 298,35 €	€1 138 467,	1 315 507,64	€1 167 762,7	€1 137 958,



As rubricas que contribuíram, para a descida de ↓ 7,78 % . das Despesas Correntes, em relação ao ano 2016, foram:

Rubricas	Ano 2017 (*)	%
Pessoal em qualquer outra situação	-21 142,64 €	-21,46%
Seguros	-8 256,67 €	-39,99%
Encargos das instalações	-103 006,36 €	-39,25%
Outros trabalhos especializados	-137 690,45 €	-121,09%

(*) Diferença relativamente ao ano anterior.

As rubricas das Receitas Correntes, que contribuíram para a descida de ↓ 2,00 %, em relação ao ano 2016, foram:

Rubricas	Ano 2017 (*)	%
Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)	-63 715,47 €	-12,74%
Transferências Correntes - Privadas	-38 141,18 €	-12,85%
Serv. Sociais, Recreativos, Culturais e Desporto	-14 222,36 €	-28,24%
Rendas - Outras	-48 544,14 €	-22,88%

(*) Diferença relativamente ao ano anterior.

4.2 – Análise dos desvios entre as Receitas e as Despesas Previstas e as Realizadas

	PREVISTAS	REALIZADAS
Receitas Correntes	5 668 082,00 €	5 556 889,77 €
Despesas Correntes	4 762 670,15 €	4 418 931,59 €
Receitas de Capital	4 397 046,00 €	955 304,90 €
Despesas de Capital	5 303 457,85 €	2 013 323,99 €

Os desvios verificados entre a previsão (inicial) e a realização são traduzidos pelas seguintes percentagens de realização.

- Receitas Correntes -2.00 %
- Despesas Correntes -7.78 %
- Receitas de Capital -30,28 %
- Despesas de Capital -163,42 %

Total das Receitas Previstas 10 065 128,00 €

Total das Receitas Realizadas 6 512 194,67 €

Saldo da Gerência Anterior 806 320,30 €

Percentagem de Realização Receita -37,53%

Evolução da Percentagem de Realização das Receitas

Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
- 41,11 %	- 54,50 %	- 24,70 %	-63,31 %	-15,58 %	-60,62 %	-37,53 %

Total da Despesa Prevista **10 066 128,00 €**

Total da Despesa Realizada **6 432 255,58 €**

- Percentagem de Realização Despesa **-56,49 %**

Evolução da Percentagem Realização das Despesas

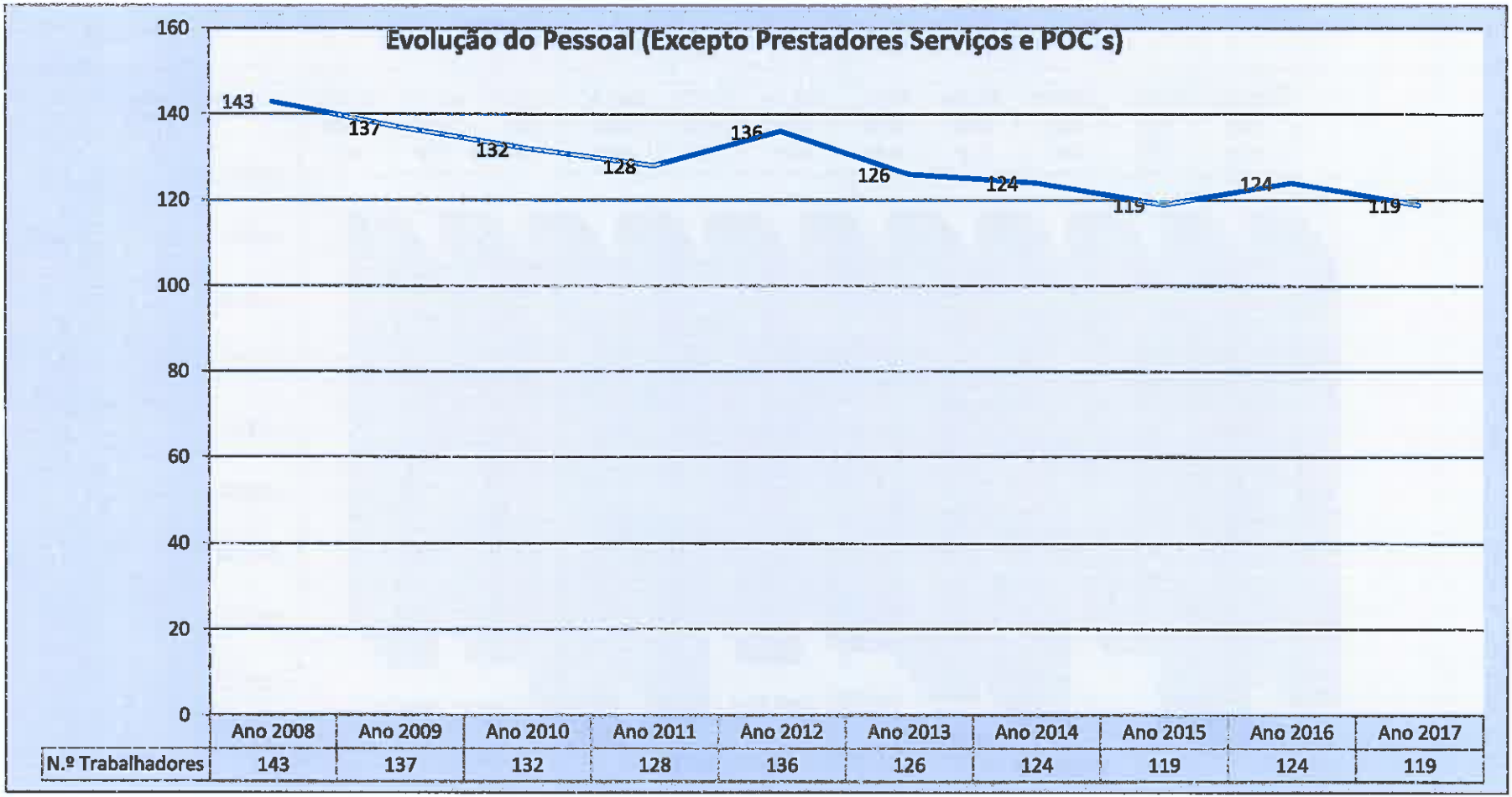
Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
- 61,06 %	- 57,40 %	- 34,87 %	- 80,36 %	-29,94 %	- 68,54 %	-56,49%

5 – Despesas com Pessoal

Em 31.12.2015 a situação do Pessoal a cargo do Município era a seguinte:

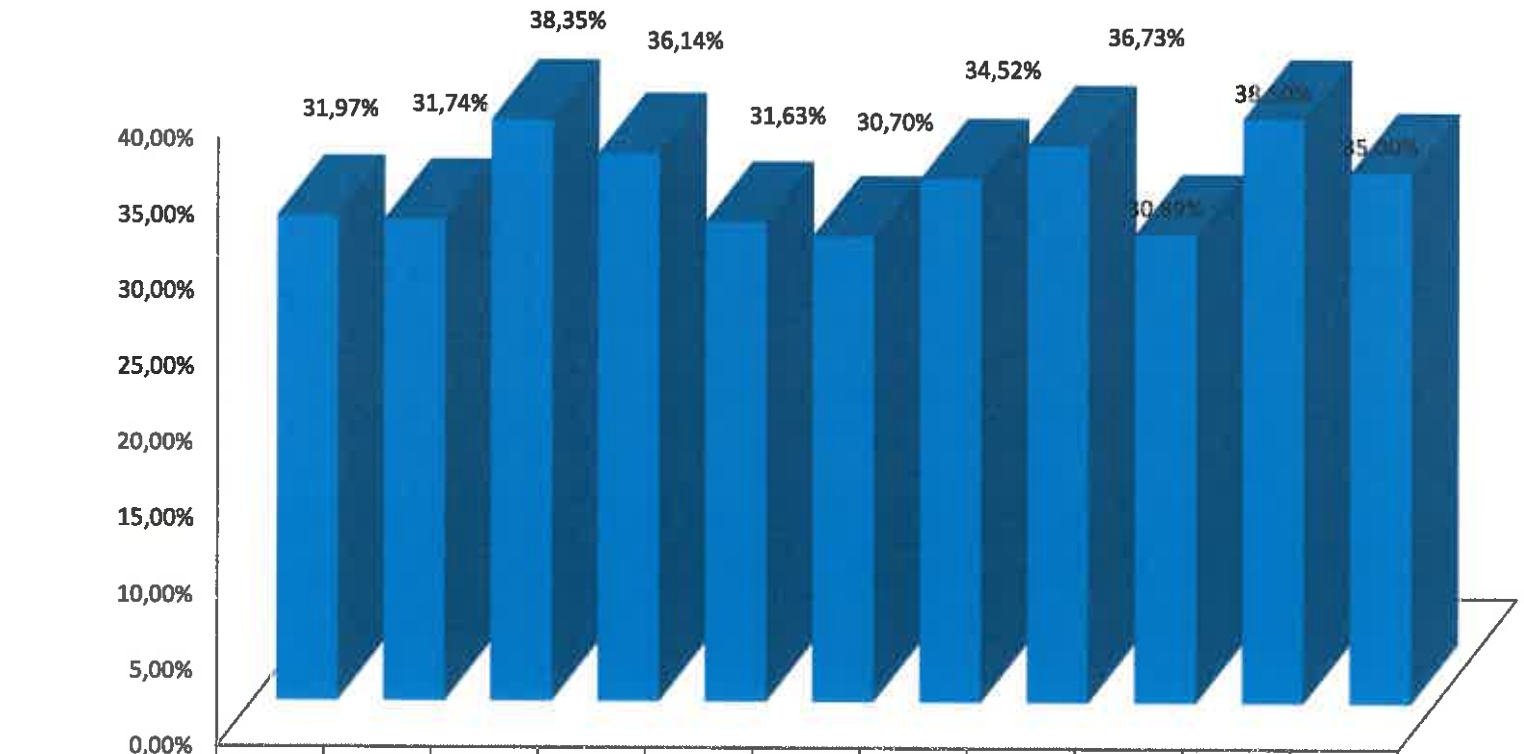
	Trabalhadores	Situação em 31.12.08	Situação em 31.12.2009	Situação em 31.12.2010	Situação em 31.12.2011	Situação em 31.12.2012	Situação em 31.12.2013	Situação em 31.12.2014	Situação em 31.12.2015	Situação em 31.12.2015	Situação em 31.12.2015
(1)	Trabalhadores de nomeação definitiva que transitaram para o regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado em 01.01.2009, por força da LVCR	82	81	79	76	75	73	71	68	67	63
(2)	Trabalhadores contratados por tempo indeterminado a partir de 01.01.2009	0	0	43	46	46	48	48	46	45	45
(3)	Trabalhadores em regime de contrato por tempo indeterminado = (1) + (2)	82	81	112	122	122	121	119	114	112	108
(4)	Contratados a termo resolutivo certo	61	56	20	1	9	0	0	0	0	6
(5)	Contratados a termo resolutivo incerto	0	0	0	5	5	5	5	5	5	5
(6)	Total de trabalhadores = (3) + (4) + (5)	143	137	132	128	136	126	124	119	117	119

Fonte: Mapas do Pessoal aprovados.



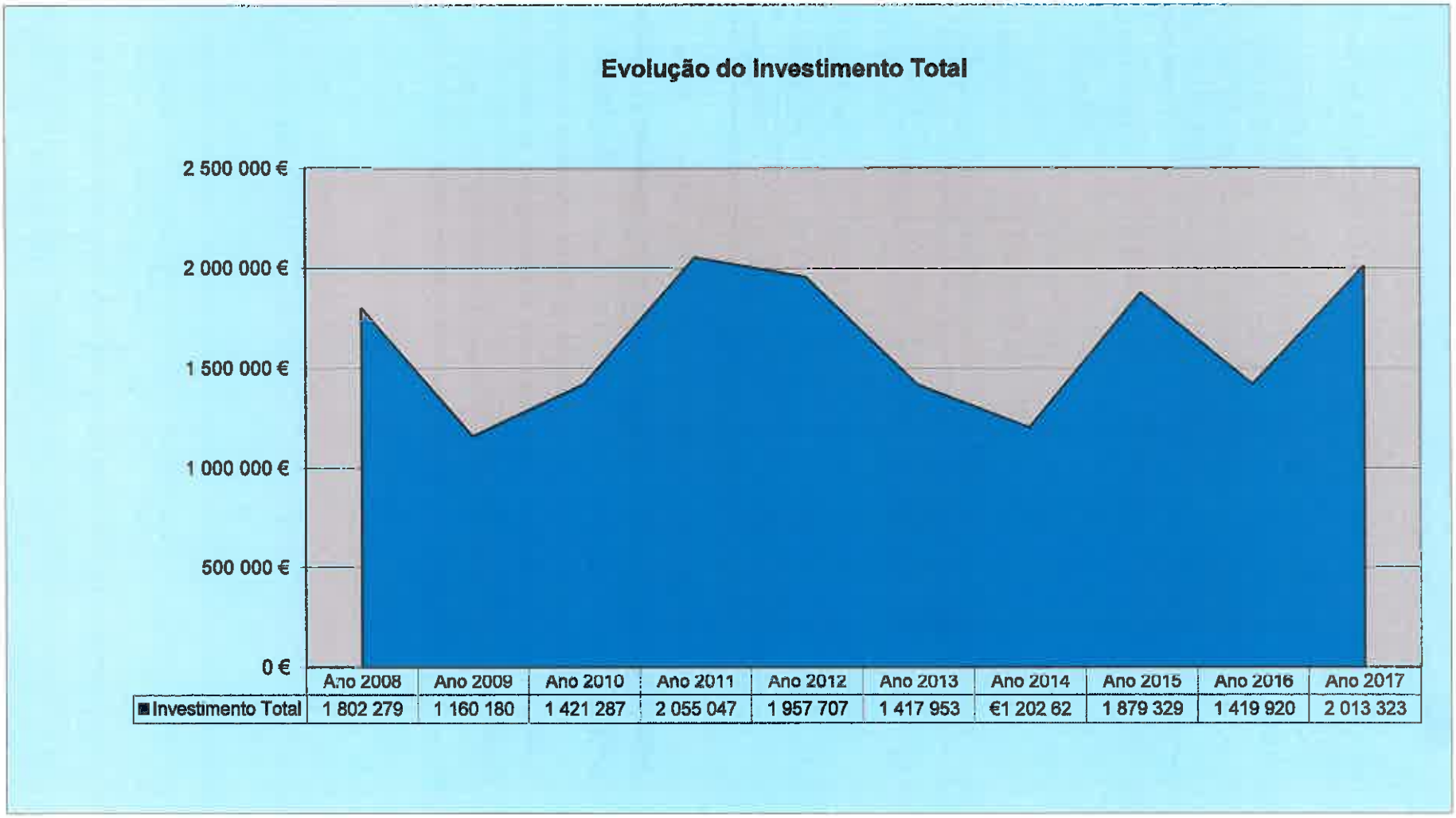
	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
N.º Trabalhadores	143	137	132	128	136	126	124	119	124	119

Peso do Pessoal na Despesa Total



	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Peso Pessoal em %	31,97%	31,74%	38,35%	36,14%	31,63%	30,70%	34,52%	36,73%	30,89%	38,50%	35,00%

6 - Evolução do Investimento Total nos últimos 8 anos



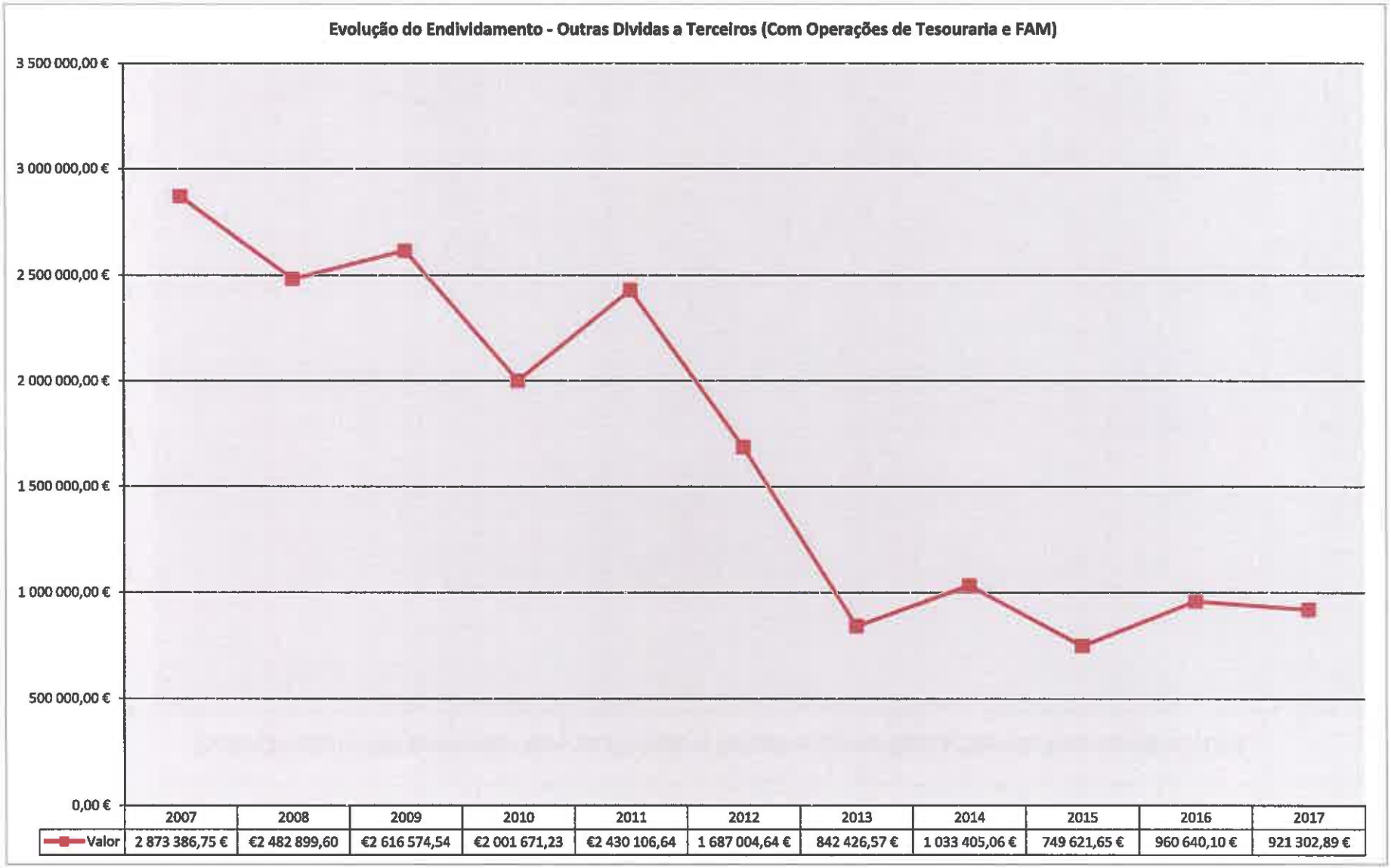
	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Investimento Total	1 802 279	1 160 180	1 421 287	2 055 047	1 957 707	1 417 953	€1 202 62	1 879 329	1 419 920	2 013 323

6.1 – Endividamento – Outras Dívidas a Terceiros (C/ Operações de Tesouraria)

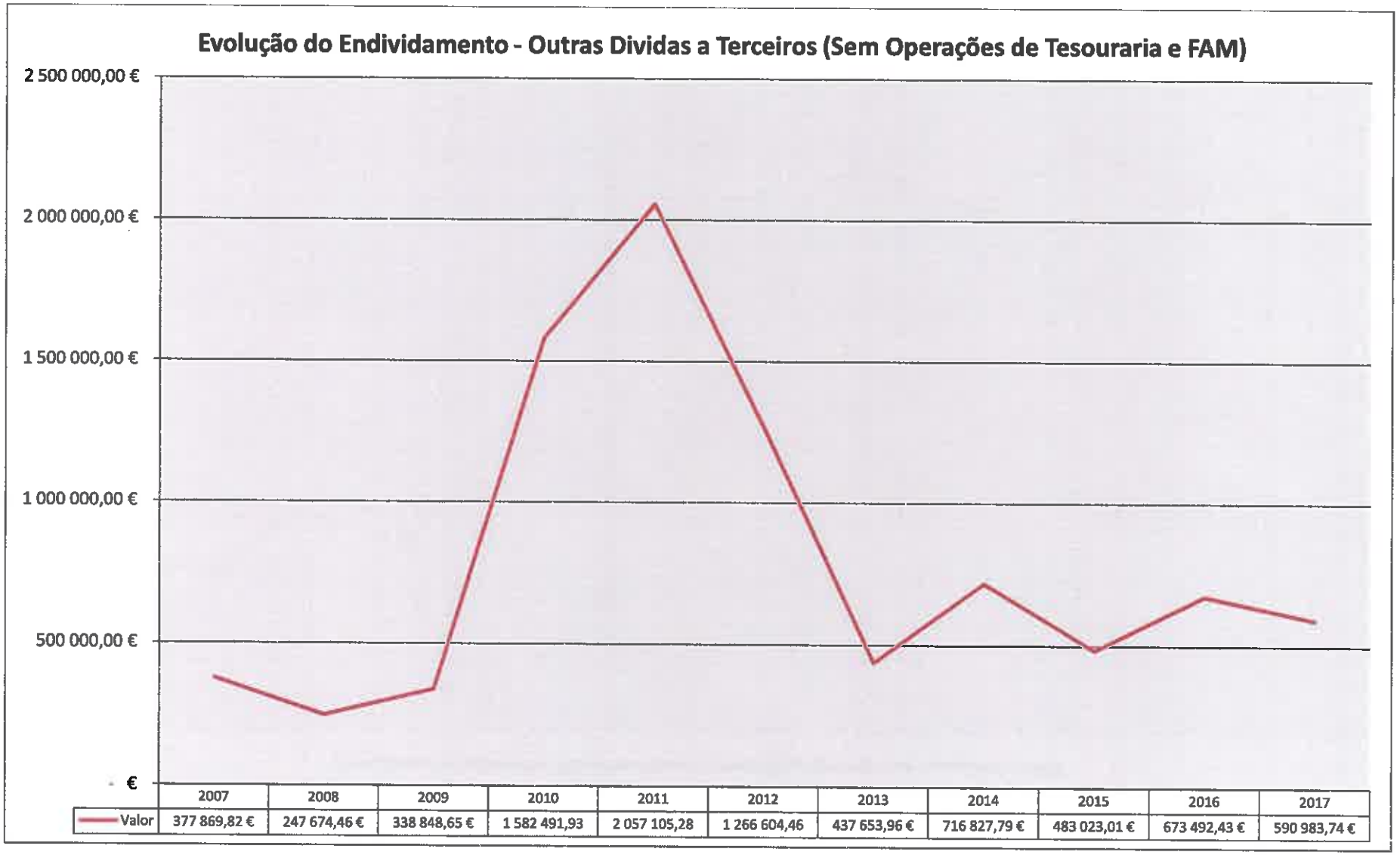
ANOS	Outras Dívidas a Terceiros (Com Operações de Tesouraria)	Outras Dívidas a Terceiros (Sem Operações de Tesouraria)
• 2007 (*)	2.873.386,75 €	377 869,82 €
• 2008 (*)	2.482.899,60 €	247 674,46 €
• 2009 (*)	2.616.574,54 €	338 848,65 €
• 2010 (*)	2.009.192,66 €	1 582 491,93 €
• 2011 (*)	2.430.106,64 €	2 057 105,28 €
• 2012 (*)	1.687.004,64 €	1 266 604,46 €
• 2013 (*)	842.426,57 €	437 653,96 €
• 2014 (*)	1.033.405,06 €	716 827,79 €
• 2015 (*)	749.621,65 €	483 023,01 €
• 2016 (*)	919.449,35 €	673 492,43 €
• 2017 (*)	921 302,89 €	590 983,74 €

(*) O valor apresentado corresponde ao total do Endividamento – Outras Dívidas a Terceiros, constante do mapa anexo à Prestação de Contas, que inclui nomeadamente as dívidas por operações de tesouraria e, desde 2017, a contribuição municipal para o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Não estão contabilizados nestes cálculos as dívidas a terceiros de curto prazo constantes do Balanço anexo à Prestação de Contas, referentes às componentes de curto prazo dos empréstimos bancários de médio e longo prazo e do leasing.



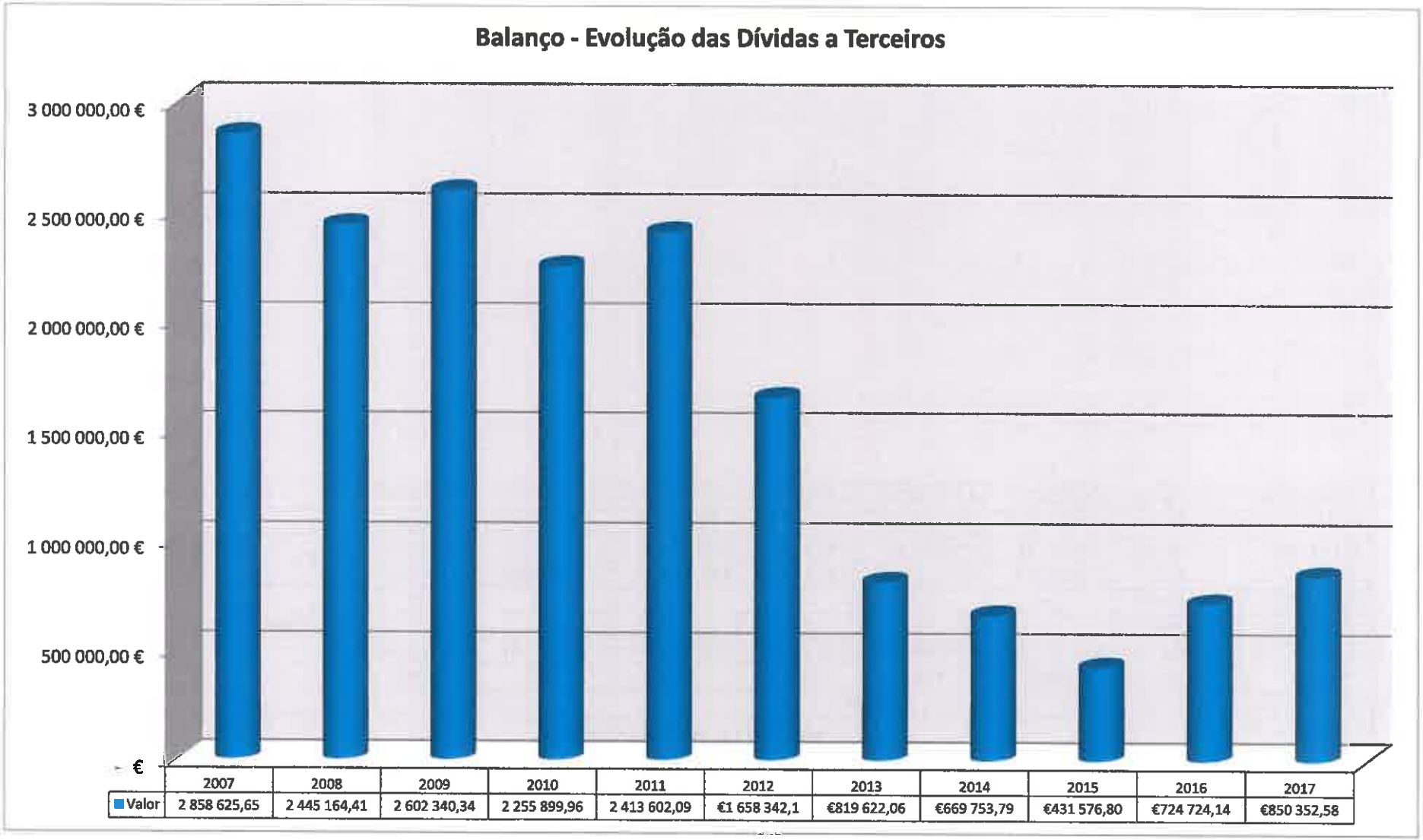
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	2 873 386,75 €	€2 482 899,60	€2 616 574,54	€2 001 671,23	€2 430 106,64	1 687 004,64 €	842 426,57 €	1 033 405,06 €	749 621,65 €	960 640,10 €	921 302,89 €



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	377 869,82 €	247 674,46 €	338 848,65 €	1 582 491,93	2 057 105,28	1 266 604,46	437 653,96 €	716 827,79 €	483 023,01 €	673 492,43 €	590 983,74 €

6.1.1 – Dívidas a Terceiros – Curto Prazo – Balanços Anuais

Dívidas a Terceiros - Curto Prazo								
Dívidas	**Anos**							
	2010	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Fornecedores, c/c	393.735,30 €	333.111,27 €	358.113,38 €	312.495,90 €	217.590,18 €	96.783,68 €	211 486,01 €	133 876,21 €
Fornecedores - Facturas em R. Conferência	---	---	---	---	---	---	111 887,74 €	68 498,18 €
Clientes e Utentos c/ cauções	---	---	---	---	---	---	13 656,98 €	14 292,56 €
Fornecedores de Imobilizado, c/c	310.542,22 €	790.029,13 €	504.716,38 €	63.547,36 €	65.173,85 €	61.190,55 €	57 252,71 €	191 747,71 €
Estado e Outros Entes Públicos	24.566,68 €	35.567,45 €	21.257,81 €	29.789,48 €	30.893,56 €	25.128,93 €	24 981,44 €	24 073,62 €
Outros Credores	1.527.055,76 €	1.254.894,24 €	774.254,62 €	413.789,32 €	638.893,56 €	248.473,64 €	305 459,26 €	417 864,30 €
Total	**2.255.899,96 €**	**2.413.602,09 €**	**1.658.342,19 €**	**819.622,06 €**	**952.551,15 €**	**431.576,80 €**	**724 724,14 €**	**850 352,58 €**



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	2 858 625,65	2 445 164,41	2 602 340,34	2 255 899,96	2 413 602,09	€1 658 342,1	€819 622,06	€669 753,79	€431 576,80	€724 724,14	€850 352,58

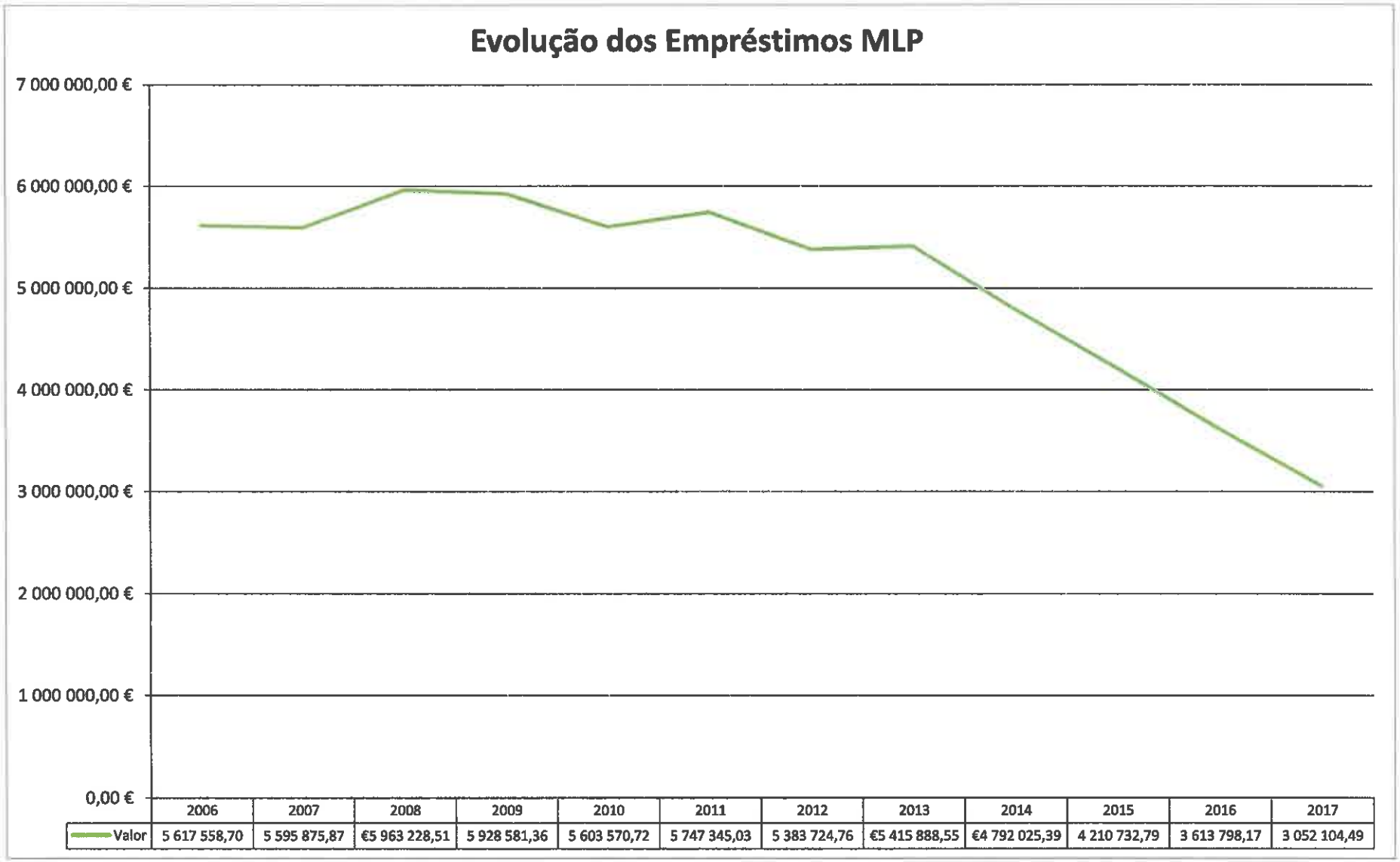
6.2.1 - Mapa de Empréstimos

Operação		Capital Utilizado	Data início	Data fim	Capital em dívida em 31.12.2017	Vida útil remanescente (em anos) Em 31.12 2017	Amortizações médias consideradas em 01.01.2017	OBS. (a)
CGD – PT 003508940000404509l		€ 788.100,68	27.01.2000	27.01.2020	€ 165.949,79	3	€ 65.750,70	
CGD – PT 003590150002185l091		€ 538.701,73	31.07.2001	30.08.2021	€ 146.935,70	4	€ 37.746,43	
CGD – PT 003590150003131809l		€ 625.309,00	13.08.2002	13.08.2022	€ 240.207,15	5	€ 48.255,36	X
CGD – PT 003590150003273909l		€ 394.625,62	20.11.2002	20.11.2022	€ 113.245,05	5	€ 22.649,01	X
CGD – PT 003590150003250009l		€ 345.225,67	29.11.2002	28.11.2022	€ 115.966,21	5	€ 22.764,21	X
CGD – PT 003590150003251909l		€ 219.290,66	29.11.2002	28.11.2022	€ 73.163,78	5	€ 14.397,17	X
CGD – PT 003590150003431709l		€ 557.820,23	12.12.2002	12.12.2022	€ 201.395,02	5	€ 39.735,21	X
CGD – PT 003590150003249709l		€ 535.600,00	30.12.2002	30.12.2022	€ 184.855,69	5	€ 33.357,41	X
CGD – PT 003590150003332909l		€ 82.258,33	20.01.2003	20.01.2023	€ 25.620,92	6	€ 4.425,43	X
CGD – PT 003590150003452909l		€ 161.464,65	20.02.2003	20.02.2023	€ 48.830,16	6	€ 8.434,30	X
CGD – PT 003590150003726909l		€ 364.024,00	16.07.2003	16.07.2018	€ 25.422,40	1	€ 59.191,49	
CGD – PT 003590150005136909l		€ 762.322,00	29.11.2006	28.11.2026	€ 413.976,78	9	€ 45.883,10	
CGD – PT 003590150005815109l		€ 439.460,00	17.12.2007	17.12.2019	€ 78.389,38	2	€ 38.875,48	
CGD – PT 003590150007544709l		€ 289.323,75	20.03.2012	20.12.2020	€ 99.196,74	3	€ 33.065,57	X
CGD – PT 003590150007545509l		€ 394.637,25	20.03.2012	20.12.2020	€ 135.304,20	3	€ 45.101,40	
CCAM de Vale do Dão e Alto Vouga – Emp. N.º 56049915738		€ 761.133,82	15.11.2010	15.11.2030	€ 397.612,81	13	€ 33.007,87	
					€ 200.000,00	13	€ 11.764,71	X
PAEL Prog. I	Emp.0289E118132012.01	€ 410.291,32	15.11.2013	15.05.2027	€ 278.411,98	10	€ 28.259,86	
	Emp.0289E118132012.02	€ 158.598,90	15.11.2013	15.05.2027	€ 107.620,44	10	€ 10.923,90	
	TOTAL	€ 7.828.187,61			€ 3.052.104,20		**€ 576.149,70**	

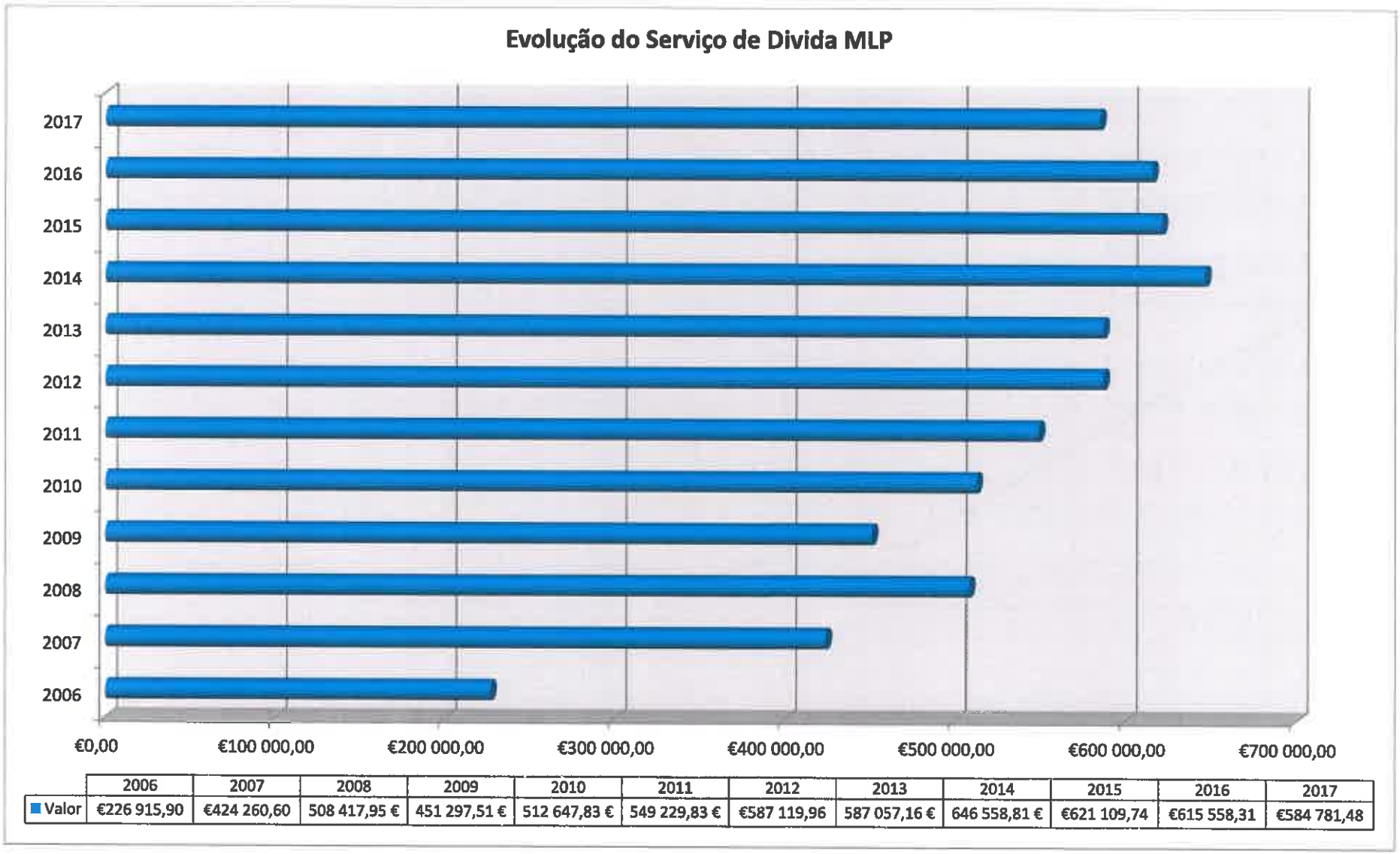
(a) Os empréstimos assinalados com "X" são empréstimos excecionados dos limites de endividamento.

6.2.2 - Evolução dos Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazo

ANOS	Valor em dívida em 31 de Dezembro
• 2003	4.195.124,63 €
• 2004	4.936.658,58 €
• 2005	5.357.425,48 €
• 2006	5.617.558,70 €
• 2007	5.595.875,87 €
• 2008	5.963.228,51 €
• 2009	5.928.581,36 €
• 2010	5.603.570,72 €
• 2011	5.747.345,03 €
• 2012	5.383.724,76 €
• 2013	5.415.888,55 €
• 2014	4.792.025,39 €
• 2015	4.210.732,79 €
• 2016	3 613 798,17 €
• 2017	3 052 104,49 €



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	5 617 558,70	5 595 875,87	€5 963 228,51	5 928 581,36	5 603 570,72	5 747 345,03	5 383 724,76	€5 415 888,55	€4 792 025,39	4 210 732,79	3 613 798,17	3 052 104,49



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Valor	€226 915,90	€424 260,60	508 417,95 €	451 297,51 €	512 647,83 €	549 229,83 €	€587 119,96	587 057,16 €	646 558,81 €	€621 109,74	€615 558,31	€584 781,48

7 – Indicadores de Gestão Orçamental

A criação de indicadores servirá essencialmente à função de supervisão de gestão, permitindo a verificação, o acompanhamento e a informação de todos os atos de decisão tomados ao longo da atividade financeira da autarquia e da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano.

7.1 – Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Cobertura das despesas totais pelas receitas totais	Receita Total / Despesa Total	101,27%	109,66%	106,53%	101,78%

Este indicador mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.

No ano 2017, as Receitas Totais cobriram a Despesa Total em 1,78 p.p.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes	Receita Corrente / Despesa Corrente	126,39 %	131,67%	126,93%	125,75%

Este indicador mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas da mesma natureza.

Um valor de 125,75 % significa que houve um excedente de receitas correntes para fazer face às despesas correntes em cerca de 26 p.p. Isto quer dizer, que o Município teve um Superavit na relação Receitas Correntes/Despesas Correntes.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Cobertura das despesas capital pelas receitas capital	Receita de Capital / Despesa de Capital	42,89 %	57,04 %	39,71 %	47,45 %

Este indicador mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas da mesma natureza.

Um valor de 47,75 % significa que as receitas de capital, não foram suficientes para financiar as despesas de capital em cerca de 53 p.p.

O que significa que o investimento de capital, teve que ser suportado, em grande parte com recurso á receita corrente, onde se incluem as taxas e tarifas arrecadadas pelo município, impostos directos e indirectos e a venda de bens correntes.

Se por um lado, a alteração da afectação das verbas atribuídas aos municípios pelo orçamento de estado, beneficiou para um aumento do nosso Superavit, pois houve um aumento por esta via, das nossas receitas correntes. Por outro lado, a receita de capital diminuiu, o que prejudicou a cobertura das despesas de capital pelas receitas de capital. O que significa que o investimento de capital, teve que ser suportado, em grande parte com recurso á receita corrente, onde se incluem as taxas e tarifas arrecadadas pelo município, impostos directos e indirectos e a venda de bens correntes. Outro ponto importante de referir, a autarquia não recorreu à venda de património nem recorreu a empréstimos de médio e longo prazo, para suportar a sua actividade.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Cobertura das despesas com recurso a empréstimos	Passivos Financeiros (Receita) / Despesa Total	0,00 %	5,60 %	0,00 %	0,00 %

Este indicador mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas totais (correntes e de capital) da autarquia com recurso a empréstimos de médio e longo prazo. Em relação a 2017, a autarquia não recorreu a empréstimos de nenhuma natureza.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Cobertura da despesa total por receitas controladas pela autarquia	Receitas Próprias / Despesa Total	22,57 %	20,21 %	24,86 %	21,72 %

Este indicador, mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias do município.

As receitas próprias geradas pela autarquia financiam cerca de 21,72 % a totalidade da despesa. O que significa que o Município não está a conseguir gerar receitas próprias suficientes para cobrir a despesa total, apenas financia cerca de 1/5 da sua actividade com recurso a receitas próprias. A diminuição das receitas próprias, em especial na rubrica de serviços (Serviços Sociais, Culturais, Desportivos) e outros, foram os principais responsáveis pela quebra deste índice.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso de fundos correntes e de capital na despesa total	Fundos Municipais / Despesa Total	60,45 %	54,38 %	68,25 %	64,15 %

Este indicador, mede o grau de cobertura das despesas totais pelos fundos municipais.

A dependência dos fundos municipais é de 64,15 %. A nossa dependência dos Fundos Municipais em relação a 2017 diminuiu em cerca de 4 p.p. Deste modo, mais de 64 % das despesas correntes e de capital do município, estão dependentes dos fundos municipais.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso das Transferências da Administração Central na despesa total	Transf. da Ad. Central / Despesa Total	71,10 %	70,27 %	72,62 %	74,88 %

O peso das transferências da administração central, na despesa total, superou os 74 %. O que significa, que o município está dependente das transferências do estado para fazer face à sua despesa total. Em relação ao ano 2017, este nível de dependência, aumentou 2 p.p

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso da Receita Local na Despesa Total	Receita Cobrada Localmente / Despesa Total	11,30 %	10,92 %	13,53 %	12,77 %

Podemos constatar neste indicador, que cerca de 13 % da receita cobrada localmente financia a despesa total. Relativamente ao ano transa-to houve uma variação residual de 1p.p relativamente a este indicador. Podemos constatar que ao longo dos anos, a receita local, não tem sido suficiente, para cobrir a Despesa Global.

7.2 – Estrutura da Receita

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Comparação entre receitas próprias e totais	Receitas Próprias / Receita Total	22,29 %	18,43 %	23,34 %	21,34 %

Mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadadas. Relativamente ao ano transa-to, houve uma quebra de cerca de 2 p.p. Podemos constatar, que o peso das receitas próprias, não consegue crescer para níveis mais sustentáveis, e apenas consegue gerar 1/5 no total das receitas.

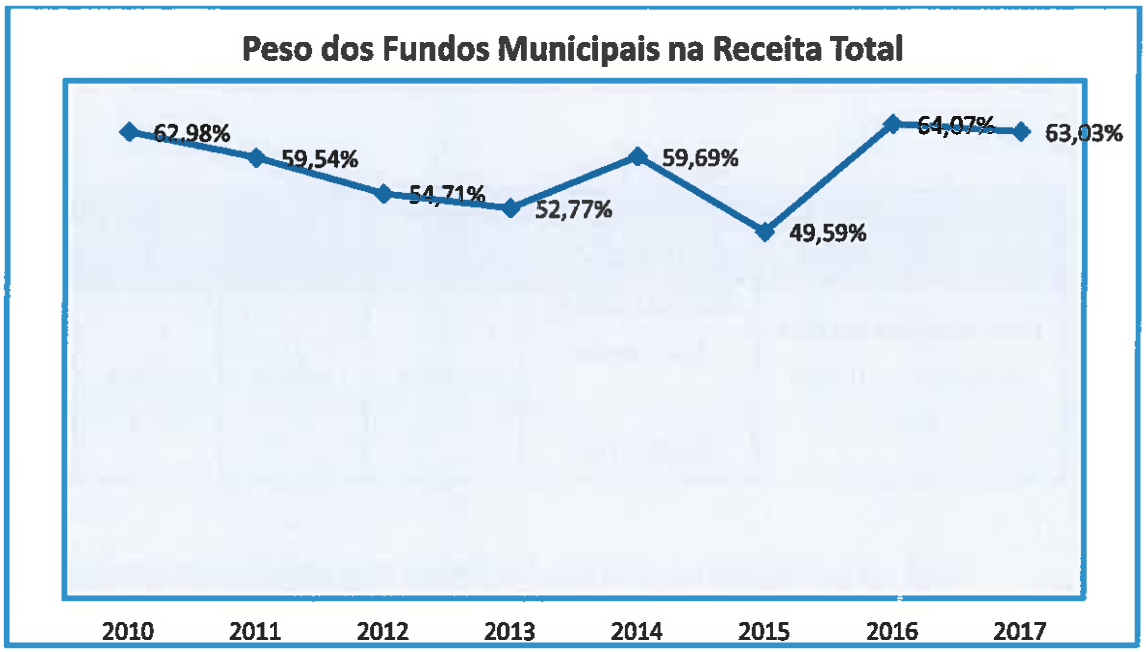
Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso da receita cobrada localmente na receita total	Receita Cobrada Localmente / Receita Total	11,16 %	9,96 %	12,70 %	12,55 %

Mede o peso das receitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais. No ano 2017, cerca de 12,5 % da receita total advém da receita cobrada localmente. São consideradas receitas locais: feiras e mercados, loteamentos e obras, saneamento, água, ocupação da via pública, taxas do lixo, etc.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso dos impostos nas receitas totais	Impostos Directos / Receita Total	11,13 %	8,47 %	10,63 %	8,79 %

Este indicador revela-nos o peso dos impostos diretos como o IMI (Imposto Municipal de Impostos), IUC (Imposto Único de Circulação), na estrutura da receita da autarquia. Em relação a 2017, este indicador teve uma diminuição, em cerca de 2 p.p.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso de fundos correntes e de capital na receita total	Fundos Municipais / Receita Total	59,69 %	49,59 %	64,07 %	63,03 %



O peso das transferências dos fundos municipais na receita total da autarquia é de 63,03%, tendo havido uma diminuição marginal neste indicador.

A dependência do município, em relação aos fundos municipais, oscilou nos últimos 10 anos, entre os 50 %. e os 70 %. A média dos últimos 8 anos foi de 58,30 %. Em relação a 2017, houve um acréscimo em relação à média dos últimos 8 anos nesta dependência, em cerca de 5 p.p. Podemos constatar, que o Município continua a depender fortemente, na razão directa dos impostos arrecadados pelo Estado, mas com uma tendência de altos e baixos ao longo dos últimos anos.

,

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso dos empréstimos de terceiros na receita total	Passivos Financeiros / Receita Total	0,00 %	5,11 %	0,00 %	0,00 %

Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia. O Município não recorreu a empréstimos em 2017.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso das transferências comunitárias na receita total	Transferências Correntes e de Capital Obtidas no âmbito da UE / Receita Total	10,52 %	14,49 %	6.08 %	9,47 %

A dependência das transferências provenientes dos fundos comunitários na totalidade do orçamento da receita da autarquia foi de 9,47 %. O que significa, o quanto é importante, os fundos comunitários para o desenvolvimento das autarquias locais, em especial os municípios do interior. Relativamente ao ano de 2017 houve um aumento deste rácio na ordem dos 3 p.p.

Este indicador mede a importância do peso das transferências comunitárias, na receita total da autarquia. É extremamente importante para sabermos a dependência do município em relação aos fundos comunitários.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso das receitas da venda de bens, serviços e de investimento na receita total	Venda de Bens e Serviços Correntes e de Investimento / Receita Total	7.03 %	6.04 %	8,89 %	8,50 %

Mede o peso da receita proveniente da venda de bens, serviços e de capital na receita total.

Contrariamente a anos anteriores, no ano 2017 o Município realizou venda de bens de capital, mais expressivas e mais significativas, na ordem de **95.151,83 €.** Este valor engloba a venda de três edifícios (Escola da Cela – Queiriga, Casa dos Professores Pendilhe, Casa dos Professores do Touro), assim como alguns bens móveis para sucata.

7.3 - Estrutura da Despesa

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso da despesa de capital na despesa total	Despesa de Capital / Despesa Total	30,09%	41,80%	24,67 %	31,30 %

Este indicador mede o peso da despesa de capital na totalidade da despesa, ou seja da totalidade da despesa efetuada e paga pela autarquia, 31,30 % destinou-se à despesa de capital.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso da Locação Financeira na despesa total	Investimentos em Locação Financeira / Despesa Total	0,55 %	0,63 %	0.23 %	0,00 %

O peso da locação financeira na despesa total tem sido insignificante no decurso dos anos. Em 2017, o Município não recorreu a operações de locação financeira para se financiar.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso das Transferências Comunitárias na despesa total	Transferências de Capital (Despesa) / Despesa Total	0,97 %	1,06 %	1,75 %	1,50 %

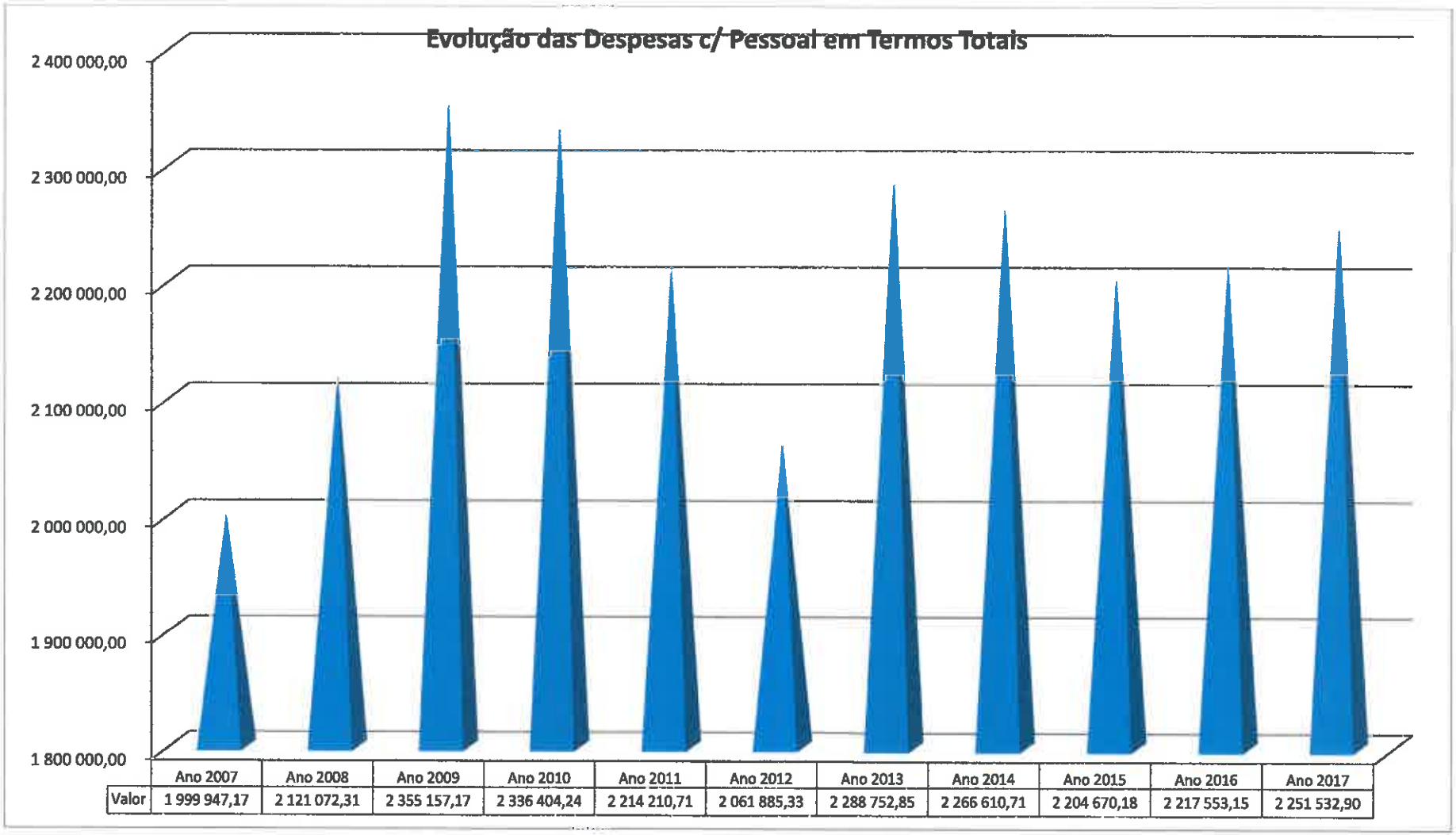
Este indicador mede o peso do investimento indirectamente realizado pela autarquia, através de transferências de capital para outras entidades, na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso do Pessoal na despesa total	Pessoal / Despesa Total	36,73 %	30,89 %	38,53 %	35 %

Este indicador mede o peso da despesa com o pessoal na despesa total.

Este valor comporta toda a despesa afecta a pessoal. Ou seja, não só as remunerações com o pessoal mas também as despesas com as remunerações dos órgãos autárquicos, os suplementos de remunerações, as prestações sociais directas os encargos sobre as remunerações e outros custos com o pessoal. Um terço, da despesa total tem a haver com a rubrica de pessoal.

7.3.1 - Evolução das Despesas c/ Pessoal em Termos Totais



	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Valor	1 999 947,17	2 121 072,31	2 355 157,17	2 336 404,24	2 214 210,71	2 061 885,33	2 288 752,85	2 266 610,71	2 204 670,18	2 217 553,15	2 251 532,90

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso do pessoal na despesa total	Pessoal: Remunerações certas e Permanentes / Despesa Total	28,48%	23,94%	29,64%	26,59 %

Este indicador mede o peso da despesa com as remunerações certas e permanentes na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso da despesa com investimento direto	Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total	30,09 %	41,80 %	41,80 %	31,30 %

Este indicador mede o peso da despesa com investimento directo na despesa total. O Investimento em Capital, ou seja, terrenos, habitações, sistemas de água e de saneamento, parques e jardins, (...) no decorrer do ano 2017, teve um aumento em relação ao ano anterior, em cerca de 10 p.p. na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso dos bens e serviços correntes	Aquisição de Bens e serviços Correntes / Despesa Total	26,73 %	22,22 %	29,93%	26,36 %

As aquisições de bens e serviços correntes correspondem a 26,36 % do total das despesas decorrentes da actividade da autarquia. Os Gastos com as Despesas de Educação, nomeadamente as actividades extracurriculares, transportes escolares, têm aqui um peso muito significativo na despesa total, mas o município conseguiu diminuir em cerca de 3 p.p. o seu peso na Despesa Total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso do Serviço da Dívida	Serviço da Dívida / Despesa Total	10,43 %	14,32 %	10,70 %	9,57 %

O peso do serviço da dívida, ou seja as amortizações e juros dos empréstimos de médio e longo prazo assumem um peso de 9,57 % na despesa total. Com a amortização dos empréstimos e não contraindo novos empréstimos, o serviço da dívida do Município tende a aproximar-se de valores razoáveis á volta dos 5% na despesa total.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso das Amortizações na Despesa Total	Amortizações de Empréstimos / Despesa Total	9,57 %	13,75 %	10,18 %	9,22 %

A amortização da dívida correspondeu a 9,22 % da despesa total.

7.4 - Relação dos Fundos Municipais Correntes com as principais componentes da Despesa Corrente

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso das Amortizações na Despesa Total	Pessoal / Fundos Municipais Correntes	67,05%	62,72%	62,34%	60,14 %

Mede a relação do acréscimo dos fundos municipais correntes com o acréscimo da despesa como pessoal. Permite observar se a evolução dos fundos municipais correntes acompanha a evolução salarial.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2014	2015	2016	2017
Peso das Amortizações na Despesa Total	Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Fundos Municipais Correntes	48,79%	45,12%	48,42%	42,29 %

Mede a relação do acréscimo dos fundos municipais correntes com o acréscimo da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços Correntes. Permite observar se a evolução dos fundos municipais correntes acompanha a evolução da despesa de bens e serviços correntes.

7.5 - Relação das receitas cobradas localmente com as principais componentes da despesa corrente

Rácio	Fórmula de Cálculo	2013	2014	2015	2016	2017
Peso da aquisição de bens e serviços correntes na receita cobrada localmente	Pessoal / Receita Cobrada Localmente	318,98%	325,04%	282,90%	284,70%	274,13%

O rácio supra, mede o grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas cobradas localmente pela autarquia local. Significa que 174,13 p.p das despesas com pessoal, não são cobertas pela receita cobrada localmente, havendo necessidade de recorrer a outras receitas para suportar os custos com pessoal.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2013	2014	2015	2016	2017
Peso da aquisição de bens e serviços correntes na receita cobrada localmente	Aquisição de Bens e Serviços Correntes / Receita Cobrada Localmente	217,05 %	236,52 %	203,51 %	221,13 %	206,41 %

Mede o grau de cobertura das despesas com a aquisição de bens e serviços correntes pelas receitas cobradas localmente pela autarquia local.

Como já tínhamos referido anteriormente existe uma grande dificuldade em gerar receitas locais de forma a cobrir a aquisição de bens e serviços correntes. No entanto, esta situação é comum em municípios da nossa dimensão.

Relativamente a 2017, cerca de 106,41 p.p da aquisição de bens e serviços, não podem ser suportados com recurso á receita cobrada localmente.

7.6 - Grau de financiamento do investimento

Rácio	Fórmula de Cálculo	2013	2014	2015	2016	2017
Relação do investimento com os fundos municipais de capital	Fundos Municipais de Capital / Investimento Total	50,90 %	29,08 %	19,49 %	54,33 %	35,47 %

Este indicador mostra-nos que 35,47 % do investimento pago é coberto directamente pelos fundos municipais de capital. Tal como na despesa corrente, também aqui os Fundos Municipais têm uma importância significativa no financiamento do investimento. O Investimento Total (PPI) em 2017, foi de 2.013.323 €, tendo havido um aumento em relação a 2016 de 593.403,30 €.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2013	2014	2015	2016	2017
Peso dos bens de investimento	Venda de Bens de Investimento / Aquisição de Bens de Capital	0,00 %	0,03 %	0,15 %	2,14 %	7,45 %

Este indicador mede o grau de cobertura das despesas com o investimento pelas receitas provenientes dos fundos municipais de capital. No ano 2017, o valor de venda de bens de investimento teve um valor considerável de 95.151,83 €, relativas á venda de três edifícios (Escola da Cela – Queiriga, Casa dos professores de Pendilhe e Casa dos professores do Touro).

Rácio	Fórmula de Cálculo	2013	2014	2015	2016	2017
Peso das transferências da administração central e local	Transf. da Ad. Central e Local / Aquisição de Bens de Capital	338,27%	364,81%	266,88%	611,91%	377,19 %

Este indicador mede o peso das receitas provenientes da administração central e local no financiamento do investimento autárquico. No ano 2017, o peso das transferências da administração central e local diminuiu em relação a 2016 em 234 p.p.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2013	2014	2015	2016	2017
Peso das transferências correntes e de capital	Transf. Correntes e de Capital Obtidas no âmbito da EU / Investimento Total	70,83 %	54,65 %	60,36 %	54,58 %	48,53 %

Este indicador mede o peso das receitas provenientes das transferências comunitárias no financiamento do investimento autárquico.

7.7 - Grau de cobertura da despesa

Rácio	Fórmula de Cálculo	2013	2014	2015	2016	2017
Peso das receitas correntes nas despesas de funcionamento	Receita Corrente / Despesa de Funcionamento (Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Outras Despesas Correntes)	130,66%	138,49%	142,13%	139,16%	137,32%

Em 2017, a receita corrente foi mais que suficiente, para financiar as despesas de funcionamento, em cerca de 37,32 p.p. Este indicador, tem vindo a sustentar esta média entre os 30 p.p e os 40 p.p.

7.8 - Outros Rácios

Tendo em conta os novos Censos 2011, a população diminuiu em relação aos Censos 2001, passou de uma população de 6.141 habitantes para uma população de 5.174 habitantes. Esta diminuição de 967 habitantes em 10 anos, vai ter um impacto nos indicadores, visto a repartição, quer dos Fundos, Receita ou Despesa tem em conta, um menor número de pessoas.

Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Peso da Receita Total Per Capita	1.388,91 €	1.207,74 €	1.512,67 €	1.185,02 €	1.265,34 €

Permite analisar o volume de receitas arrecadadas por habitante.

Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Peso da Despesa Total Per Capita	1.281,53 €	1.192,64€	1.379,45 €	1.112,39€	1.243,19 €

Permite analisar o volume de despesas efetuadas por habitante.

Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas Próprias Per Capita	138,68 €	134,78 €	150,62 €	150,54 €	158,74 €

Permite analisar o volume de receitas próprias reunidas pela autarquia por habitante.

Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Fundos Municipais Per Capita	732,92 €	720,91 €	750,13 €	759,26 €	811,07 €

Permite analisar o volume de receitas decorrentes da participação nos impostos do estado (PIE) que cabe à autarquia por habitante.

Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos Per Capita	274,05 €	232,44 €	363,23 €	132,03 €	246,78 €

Permite analisar o impacto das despesas de investimento pagas por habitante.

Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Despesas com Pessoal Per Capita	442,36 €	438,08 €	426,11 €	428,60 €	435.16 €

Permite analisar o impacto de despesas com pessoal por habitante.

Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Serviço da Dívida Per Capita	113,46 €	124,40 €	197,59 €	118,97 €	119,02 €

Permite analisar o impacto do serviço da divida pago pela autarquia por habitante.

Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Despesa média com o Pessoal	17.471,40 €	17.302,37 €	18.526,64 €	18.634,90 €	18.920,45 €

Este indicador reflecte o valor médio da despesa por funcionário da autarquia.

7.9 – Grau de cobertura do saldo final de gerência e peso do serviço total de dívida

Rácio	Fórmula de Cálculo	2013	2014	2015	2016	2017
Peso do Serviço da Dívida	Serviço da dívida / Receita total	8,17 %	10,30%	13,06 %	10,04 %	9,41 %

O Serviço da Dívida em 31/12/17, isto é, o somatório das amortizações e juros de todos os empréstimos de médio e longos prazos, foi de 584.781,48 €. Em relação ao ano anterior, houve uma diminuição em cerca de 30.776,83 €, neste peso da divida.

8 - INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAL

Acresce ainda o facto de o POCAL impor um conjunto de regras de contabilização, algumas das quais desvirtuam, por completo, a realidade económica e financeira dos Municípios, dificultando os trabalhos de registo e de encerramento.

A análise dos indicadores de gestão patrimonial perseguem o objectivo de tentar compreender as linhas gerais de orientação utilizadas na condução dos destinos da autarquia, designadamente as decisões de investimento/financiamento, liquidez, endividamento bem como medir a capacidade da autarquia em solver os seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

Assim, utilizou-se um conjunto de rácios cuja interpretação nos ajudará a compreender os fenómenos descritos no parágrafo anterior.

8.1 – Rácios de Liquidez

RÁCIOS DE LIQUIDEZ

8.1.1 - Liquidez Geral

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
1	Activo Circulante / Passivo Circulante	136.08 %	114,76 %	90,38 %	98,06 %	99.85 %

Este indicador mede a capacidade da autarquia solver os seus compromissos de curto prazo com recurso aos bens circulantes (Existências, Dívidas de Terceiros e Disponibilidades).

O valor de **99,85 %** significa que o Município tem algumas dificuldades em solver dentro dos prazos, os pagamentos dos débitos a curto prazo. Em relação ao ano anterior, melhorou este índice em 1,8 p.p.

8.1.2 - Liquidez Reduzida

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
2	Activo Circulante - Existências / Passivo Circulante	129,70 %	109,36 %	89,21 %	97,86 %	99,85 %

Este indicador interpreta-se da mesma forma do anterior. Contudo, a rapidez da satisfação da dívida a curto prazo é agora analisada para um período menor.

8.1.3 - Liquidez Imediata

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
3	Activo Circulante – Existências - Créditos / Passivo Circulante	125,58 %	106,15 %	76,85 %	86,80 %	91,36 %

O valor mais significativo do ativo circulante, são as disponibilidades, com um valor de Balanço de 1.322.312,35 €.

8.2 – Rácios de Alavanca Financeira

RÁCIOS DE ALAVANCA FINANCEIRA (EMPRÉSTIMOS A CURTO, MÉDIO E LP)

Grau de dependência dos empréstimos a curto, médio longo prazo

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
4	Empréstimos de curto, médio e longo prazo / Activo Líquido	13,74 %	11,72 %	8,87 %	6,80 %	5,48 %

Este indicador mede o grau de dependência do activo líquido relativamente aos empréstimos contraídos pela autarquia.

Significa isto que a autarquia financia o seu investimento no activo com cerca de 5,48 % de capital alheio remunerado.

Se atentarmos ao valor relativamente baixo das dívidas a terceiros temos de concordar que o Município não utiliza os empréstimos para outra coisa senão para efectuar investimentos. Além disso, relativamente aos últimos 5 anos é o valor mais baixo relativamente a esta dependência.

Cobertura dos encargos financeiros

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
5	Resultados Operacionais / Encargos Financeiros	425,48 %	1.282,89%	214,74%	-125,82%	2.447,94%

Através deste indicador, visualizamos a forma como a autarquia gera resultados para pagar os encargos financeiros produzidos pela dívida.

Este rácio indica-nos que os resultados operacionais cobriram os encargos financeiros, em mais de 2.347 p.p.

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2011	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
6	Resultados Operacionais / Serviço da Dívida	113,89 %	107,48 %	70,80 %	-5,66 %	78,12 %

Os resultados operacionais produzidos não foram suficientes para cobrir o serviço da dívida.

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
7	Dívida de curto, médio e longo prazo / Fundos Próprios e Passivo	24,67 %	22,71 %	19,05 %	17,02 %	15,27 %

Apura a extensão com que a empresa utiliza o capital alheio no financiamento das suas actividades. Este indicador, teve uma diminuição de 2 p.p.

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
8	Dívidas a terceiros de curto prazo / Fundos Próprios e Passivo	3,29 %	4,03 %	4,14 %	5,22 %	5,56 %

Quanto maior o rácio, tanto maior o peso das dívidas de curto prazo.

8.3 – Rácios de Solvabilidade e Autonomia

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE E AUTONOMIA

Autonomia Financeira

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
9	Fundos Próprios / Activo Líquido	21,56 %	22,97 %	24,89 %	26,00 %	28,04 %

Este indicador traduz a capacidade de contrair empréstimos a médio e longo prazos, suportada pelos capitais próprios. A capacidade esgota-se quando o rácio é igual à unidade, ou seja quando o passivo a médio e longo prazos iguala os capitais próprios.

O Rácio de autonomia financeira é um rácio financeiro que mede a solvabilidade do Município através da determinação da proporção dos activos que são financiados com capital próprio. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da autarquia. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Em suma, este indicador mostra-nos a autonomia da autarquia face aos seus credores. Em 2017 a autarquia possui uma autonomia financeira de 28,00 %, ou seja, depende dos seus credores em cerca de 72 % para efectuar investimentos. É o valor mais alto dos últimos 5 anos.

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
10	Dívidas a terceiros de ML Prazo / Capitais Permanentes	22,13 %	19,70 %	26,31 %	23,63 %	20,15 %

Este indicador mede o peso das dívidas de Médio e Longo Prazo nos capitais permanentes.

Rácio	Fórmula de Cálculo	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
11	Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido	101,09 %	99,43 %	58,89 %	52,63 %	51,00 %

Este rácio mede a Imobilização dos Capitais Permanentes, ou seja, mede a cobertura das aplicações em capital fixo por capitais permanentes.

Este rácio deverá, em princípio, ser superior à unidade, o que refere a existência de fundo de maneio positivo. Poderá assumir valores inferiores à unidade, denunciando a existência de fundo de maneio negativo o que leva a reflectir sobre o equilíbrio financeiro da empresa.

A diferença entre os valores apresentados no numerador e no denominador representa o fundo de maneio.

8.4 – Rácios de Cobertura dos Custos Fixos

GRAU DE COBERTURA DOS CUSTOS FIXOS						
Rácio	**Fórmula de Cálculo**	**Ano 2013**	**Ano 2014**	**Ano 2015**	**Ano 2016**	**Ano 2017**
12	Custos Fixos / Activo Líquido Total	19,06 %	19,92 %	18,93 %	20,66 %	19,10 %

9.1 - Resultado da Gerência

Município de Vila Nova de Paiva					
Ano:	**2017**				
Contas de Ordem					
Saldo da Gerência Anterior		873 758,19 €	Garantias e Cauções Acionadas		7 962,34 €
Garantias e Cauções	872 547,40 €		Garantias e Cauções Devolvidas		74 501,40 €
Recibos para Cobrança	1 210,79 €		Receita Virtual Cobrada		30 887,77 €
Garantias e Cauções Prestadas		62 183,82 €	Receita Virtual Anulada		462,53 €
Receita Virtual Liquidada		31 923,20 €	Saldo para a Gerência Seguinte		854 051,17 €
			Garantias e Cauções	852 267,48 €	
			Recibos para Cobrança	1 783,69 €	
TOTAL DOS RECEBIMENTOS	**873 758,19 €**	**967 865,21 €**	**TOTAL DOS PAGAMENTOS**	**854 051,17 €**	**967 865,21 €**

Conta de Documentos (Contas de Ordem)			Conta de Dinheiro (Fluxos de Caixa)		
Débito:			**Débito:**		
Saldo de abertura	882 981,89 €			1 093 467,97 €	
Entradas	96 414,71 €	979 396,60 €		7 045 446,07 €	8 138 914,04 €
Crédito:			**Crédito:**		
Saídas	114 095,84 €			6 816 601,69 €	
Saldo de Encerramento	865 300,76 €	979 396,60 €		1 322 312,35 €	8 138 914,04 €

9.2 - Resumo dos Fluxos de Caixa

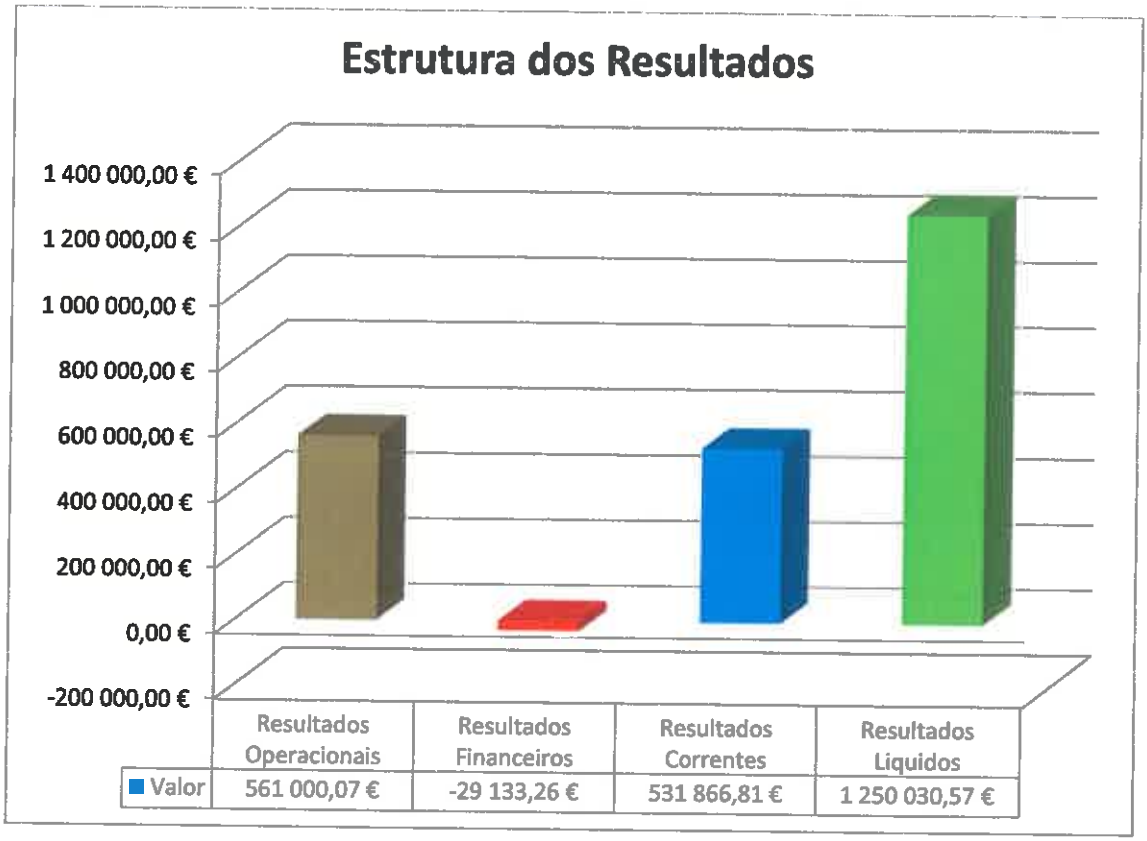
Fluxos de Caixa		
Recebimentos:		
Saldo da Gerência Anterior		**963 709,79 €**
Total das Receitas Orçamentais		**7 226 343,66 €**
Receitas Correntes		5 476 225,10 €
Receitas de Capital		1 741 800,30 €
Outras Receitas		8 318,26 €
Operações de Tesouraria		**409 696,93 €**
TOTAL		**8 599 750,38 €**
Pagamentos:		
Total das Despesas Orçamentais		7 446 507,00 €
Despesas Correntes		7 201,29 €
Despesas Correntes		4 371 576,78 €
Despesas Capital		3 067 728,93 €
Operações de Tesouraria		459 757,54 €
Saldo Para a Gerência Seguinte:		693 485,84 €
Exercício Orçamental	426 969,18 €	
O. Tesouraria	266 516,66 €	

9.3 - Proposta para a aplicação dos resultados líquidos

Conforme Mapas de Balanço, da Demonstração de Resultados, dos mapas de Controlo Orçamental da Receita e Despesa e a título meramente informativo, apresenta-se de seguida a estrutura de resultados do Município, bem como a execução orçamental das Receitas e Despesas:

Norma Controlo Interno	Resultados	Valor	Grau de Execução %		
Aprovada pelo órgão executivo em 24/04/2002	Resultados Operacionais	561 000,07 €	Receita	Previsões Corrigidas	10 065 128,00 €
	Resultados Financeiros	- 29 133,26 €		Receita Cob. Liquida	6 512 194,67 €
	Resultados Correntes	531 866,81 €		Total	64,70%
	Resultados Extraordinários	718 163,76 €	Despesa	Dotações Corrigidas	10 066 128,00 €
				Despesas Pagas	
	Resultado Líquido do Exercício	1 250 030,57 €		Total	63,90%

A estrutura dos resultados é apresentada através do seguinte gráfico:



Do exercício de 2017, resultou um resultado líquido positivo no valor de 1.250.030,57 € (um milhão e duzentos e cinquenta mil, trinta euros e cinquenta e sete cêntimos), que pode ser repartido em reforço do património e em constituição ou reforço de reservas como prevê o ponto 2.7.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3.4 "é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 5.1-"Património" corresponda a 20% do activo líquido".

Os valores do activo líquido referente ao ano de 2017 ascendem a 2.019.085,60 €, pelo que 20 % correspondem a 5.203.817,12 €.

Como o valor da conta 5.1-"Património" ascende a 5.871.253,79 € não há necessidade de haver reforços daquela natureza para o ano 2017.